

Índice

Apresentação	03
I. Fundamentos do programa	
1. Revolução proletária	7
2. Método, tática e reivindicação	9
3. Internacionalismo proletário	14
II. Programa de Transição para a revolução socialista no Brasil	
1. Caráter da revolução	19
2. Reivindicações e tarefas transitórias	26
Fundamentos Históricos do Programa	
I. Internacionalismo	31
II. Imperialismo, capitalismo na fase de transição para o socialismo .	41
III. Época de guerras, revoluções e contrarrevoluções	49
IV. O caráter semicolonial do Brasil	61
V. A classe operária é a classe revolucionária	73
VI. A inviabilidade do reformismo	89
VII. A luta pela independência da classe operária	105
XII Congresso do POR – Manifesto	116

Programa e Fundamentos Históricos

Apresentação

O Programa do Partido Operário Revolucionário-POR foi aprovado no seu XII Congresso, realizado nos dias 11 e 12 de janeiro de 2014. Em 1993, o III Congresso estabeleceu as suas bases programáticas. Como se pode ver, desde a origem, o POR se armou de um Programa.

O seu I Congresso ocorreu em julho de 1989. Neste momento, realizamos a crítica programática à estratégia democratizante do PT, em uma Resolução, que se confirmou plenamente. O Congresso assumiu a caracterização do Programa de Transição para a Revolução Socialista da IV Internacional de que as condições objetivas para a destruição do capitalismo estão mais do que maduras e que a humanidade passou a enfrentar uma crise de direção com o triunfo do estalinismo na União Soviética e com a destruição da III Internacional.

No II Congresso, julho de 1991, a Resolução assumiu mais claramente ainda o caráter programático, baseado na experiência da luta contra o reformismo petista e a adaptação a ele das esquerdas revisionistas do trotskismo.

O partido sentiu a necessidade de ter uma Plataforma Programática que contivesse as principais partes do Programa e que fosse sintética. O IV Congresso, de julho de 1994, se encarregou desta tarefa. Em sua introdução, publicada no livro “Vinte anos construindo o POR”, se afirma: “A elaboração do programa revolucionário não cessa nunca.”

O POR chegou ao XII Congresso mais preparado para atualizar o Programa de 1993. Embora continue embrionário, avançou na forma-

ção de quadros marxista-leninista-trotskistas e sua militância está voltada à luta de classes. Atravessamos um importante percurso que vai do final da ditadura militar em 1985 aos nossos dias. O PT ganhou importância, a CUT se projetou com as lutas sindicais e inúmeras correntes de esquerda se firmaram. Sobreveio um período de colaboração de classes, que ainda perdura. O POR lutou incessantemente pela independência política e organizativa do proletariado. O que se converteu em desenvolvimento programático.

O POR se distingue das demais correntes que se reivindicam do trotskismo por se construir como partido-programa. É impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais importantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora.

O Programa do XII Congresso se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária. A leitura do Programa evidenciará o esforço da militância poristas em aplicar o materialismo histórico como instrumento de conhecimento das origens e transformações do capitalismo no Brasil. Verificamos como a classe operária se elevou como a força motriz da revolução socialista. Dela se origina o Programa, e de nenhuma outra classe oprimida. Sem dúvida, este é forjado pelo seu destacamento avançado que assimilou e assimila as conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo.

Entregamos aos explorados e à sua vanguarda o novo Programa do POR, objetivando fortalecer suas fileiras.

15 de janeiro de 2014



Programa do POR

Programa e Fundamentos Históricos

I. Fundamentos do programa

1. Revolução proletária

1. O fundamento histórico do programa do Partido Operário Revolucionário (POR) é o da revolução proletária. O POR se constrói como um instrumento do proletariado em seu objetivo de tomada do poder pela via da insurreição. A sua estratégia é a de destruir a ditadura de classe da burguesia e estabelecer a ditadura de classe do proletariado. A revolução permitirá ao proletariado expropriar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.
2. A ditadura do proletariado é finalidade estratégica e princípio programático. Não poderá haver a transformação do capitalismo em socialismo e a transição para a sociedade superior comunista sem que o proletariado dirija o Estado em constante luta contra a burguesia interna e externa. Para isso, a classe operária tem de conquistar o poder e se constituir como classe dominante. A ditadura do proletariado não é, portanto, uma escolha. É a condição para os explorados derrotar a burguesia, avançar as transformações e desenvolver as forças produtivas socialistas.
3. O Estado burguês é a máquina de dominação da minoria capitalista exploradora sobre a maioria trabalhadora. Não tem como ser democratizado e colocado a serviço de toda a sociedade. O Estado mais democrático continua exercendo a ditadura de classe da burguesia. As relações de propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho não têm como se sustentar tão somente por meios

- e métodos pacíficos de dominação. A violência de classe da minoria sobre a maioria é o pilar que garante a continuidade do capitalismo.
4. A luta de classes é o motor das transformações históricas. No capitalismo, a luta de classes leva à ditadura do proletariado. A burguesia com seus meios e métodos pacíficos e violentos age cotidianamente para impedir que o proletariado e demais oprimidos potenciem a luta de classes. É impossível garantir o funcionamento do capitalismo sem a turbulência das greves, ocupações, manifestações e levantes. Não há como os exploradores evitarem a luta de classes. Há como, circunstancialmente, amortecê-la, desviá-la e esmagá-la. Por mais bloqueios e derrotas que os capitalistas imponham aos explorados, não têm como evitar a potenciação da luta de classes e a sua projeção revolucionária ao poder.
 5. A espinha dorsal do movimento operário se encontra na produção social. É no processo fabril de exploração do trabalho que se manifestam as contradições fundamentais. O programa da revolução tem suas mais profundas raízes no antagonismo entre a produção social e a apropriação privada capitalista. O proletariado responsável pela produção social encarna as contradições e as responde com o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. A classe capitalista será apropriada por meio da revolução violenta. Para ir à frente com essa tarefa, o proletariado terá de constituir uma aliança revolucionária com o campesinato pobre e com determinadas camadas da pequena burguesia urbana.
 6. A revolução proletária é de maioria nacional oprimida. Necessariamente, a classe operária terá de superar não apenas as suas divisões, mas também as que a separam dos camponeses e dos setores majoritários da pequena burguesia urbana. A tomada do poder pela maioria oprimida, sob a direção do proletariado, depende de condições prévias que permitam separar os explorados e oprimidos dos exploradores e opressores. O proletariado deve conquistar sua independência por meio de seu partido marxista-leninista-trotskista e ganhar a confiança das demais classes oprimidas com seu programa, sua experiência e sua democracia de classe explorada. A unidade da maioria nacional oprimida constitui a força insurrecional capaz de destruir a máquina burocrática e militar do Estado burguês.
 7. A desintegração da República burguesa dará lugar à constituição da

República proletária socialista. A administração centralizada, corporativa, burocrática e militar será substituída pela centralização democrática, baseada nos organismos comunais criados pela revolução e no armamento do povo. O parlamentarismo, como sistema especial, materializado por um corpo de deputados completamente alheio à maioria, de posse de privilégios, oligarquizado e voltado a manter o sistema de exploração do trabalho, será extinto. As funções legislativas e executivas deixarão de ser separadas como ocorre na forma de representação democrático-burguesa. As instituições representativas criadas pelo Estado Operário estarão diretamente sob o controle da maioria organizada coletivamente tendo por base a produção.

8. A democracia operária expressará a soberania popular. Ao contrário da democracia burguesa, que é da minoria exploradora para disciplinar politicamente os explorados, a democracia operária é a democracia dos oprimidos, do povo, para impor as transformações e processar a transição do capitalismo para o socialismo. A democracia consiste, em última instância, em uma forma de exercício do poder de uma classe sobre outra. A resistência da burguesia em manter o capitalismo continuará por todo o período de transição. Deverá ser combatida pela força. A ditadura do proletariado desenvolverá até as últimas consequências a democracia direta da maioria, voltada a construir o socialismo e a combater a contrarrevolução.

2. Método, tática e reivindicação

9. O método consiste nas variadas formas de ação direta, de manifestação coletiva dos explorados; e a tática, nos variados meios que constituam a unidade da luta contra a burguesia. O método e a tática de luta decorrem da luta de classes, da natureza revolucionária da situação e do objetivo estratégico da tomada do poder e implantação da ditadura do proletariado. A tática é definida pela estratégia, numa relação de interdependência. O proletariado derrotará a burguesia somente se alcançar a sua unidade e a unidade da maioria oprimida.
10. A greve constitui um instrumento fundamental por meio do qual se manifesta a luta de classes. Os assalariados em greve interrompem o processo de exploração e ditam aos capitalistas suas reivindicações. O movimento que começa em uma fábrica, ramo de produção ou região tende a se generalizar. No entanto, para se generalizar, depende das condições econômicas, sociais e políticas. As formas e os

métodos de luta por si mesmos não criam as condições. Essas são engendradas pelas contradições objetivas do capitalismo.

11. A intervenção do partido revolucionário procura viabilizar política e organizativamente a unidade grevista e sua potenciação massiva. Ao contrário, a burocracia sindical e os partidos reformistas agem no sentido de sua contenção e divisão das forças operárias. O método da ação direta, conscientemente aplicado, permite à vanguarda orientar as tendências instintivas de revolta para a generalização e coesão da maioria. Considera as condições que permitem a passagem da luta defensiva para a ofensiva, das ações parciais para as ações gerais, da greve localizada para a greve geral. A greve geral eleva o choque dos explorados contra a burguesia, seu governo e seu Estado. Coloca as reivindicações no plano mais elevado da luta política contra a exploração capitalista e a opressão de classe.
12. As necessidades mais elementares dos explorados são geralmente o ponto de partida da eclosão das suas tendências de luta. A classe operária espontaneamente tende a se rebelar contra os baixos salários, as demissões, o desemprego e o brutal regime de trabalho. O partido trabalha incentivando sistematicamente os instintos de revolta dos assalariados por meio da propaganda, agitação e organização. Formula as reivindicações e os objetivos políticos da luta a partir das necessidades da classe operária. Jamais se atém aos argumentos do reformismo e do burocratismo sindical sobre se há ou não condições dos capitalistas atenderem-nas e do capitalismo suportá-las.
13. A vanguarda trabalha por dirigir a luta da classe operária não se atendo às reivindicações imediatas. A defesa da vida dos explorados é parte do objetivo de destruir o regime social que escraviza a maioria. Por mais elementar que seja a reivindicação, é dever revolucionário organizar o combate. As experiências no enfrentamento diário à exploração capitalista permitem avançar a organização e a consciência de classe, desde que o partido desenvolva no seio do proletariado o programa da revolução social. Não se trata de negar as reformas, mas de lutar para que a plataforma de reivindicações leve os explorados a se chocar com os pilares de sustentação do capitalismo. A política revolucionária consiste em auxiliar a classe operária em sua luta diária a vincular suas reivindicações às tarefas da revolução socialista.
14. A tendência geral do capitalismo da fase imperialista é de desintegração. As forças produtivas mundiais altamente desenvolvidas es-

tão em choque frontal com as relações capitalistas de produção. Os momentos de crescimento e de equilíbrio são excepcionais. Nestas condições, a burguesia está obrigada a atacar sistematicamente as condições de existência da maioria. As reivindicações, por pequenas que sejam, desencadeiam uma batalha. As conquistas operárias se tornam efêmeras. Os capitalistas encontram uma forma de eliminá-las. Diante da passividade da classe operária – via de regra imposta pelas direções traidoras –, o capital avança sobre velhas conquistas. A constante ofensiva dos exploradores cria a necessidade de constante ação defensiva dos explorados. As reivindicações transitórias de defesa dos empregos e dos salários se tornaram questão de vida ou morte para a maioria que vende sua força de trabalho para os capitalistas.

15. A militância no movimento sindical é obrigatória. Os sindicatos são o instrumento por onde os assalariados se manifestam em sua luta de classe. Não por acaso, se encontram tomados por uma burocracia formada com o auxílio da burguesia e estatizados por meios da ação política dos governos. Não sendo possível eliminá-los, os exploradores recorreram ao seu controle. As camadas mais bem estruturadas da classe operária se encontram na grande indústria e esta se concentra na forma monopolista. É onde as pressões políticas da burguesia sobre o proletariado são maiores. É de onde parte a orientação geral da burocracia de colaboração de classes. Os sindicatos têm servido tanto à classe operária para levantar suas reivindicações, quanto à burguesia para bloquear sua ação revolucionária. Essa contradição se expressa no controle dos sindicatos pela burocracia pró-capitalista. A tarefa de recuperar os sindicatos, reconquistar sua independência e estabelecer a democracia operária plena faz parte da luta pelas reivindicações dos explorados e pela estratégia de destruição do capitalismo.
16. A tática a ser aplicada em oposição ao divisionismo burocrático é a da frente única sindical. Corresponde à luta do partido para libertar os explorados do controle da burocracia colaboracionista e divisionista. É necessário que o partido constitua uma poderosa fração revolucionária no seio do movimento sindical para reunir força não só para propor aos burocratas dirigentes a unidade frentista dos sindicatos em luta, como também para impor a frente única. Mas, em qualquer estágio de desenvolvimento do partido, é preciso desenvolver a política de frente única. A tática frentista consiste em obter a mais ampla coesão da luta de massa em torno das reivindicações e sob a orienta-

ção da estratégia revolucionária. Faz parte dessa política, a defesa da unidade das organizações sindicais contra o divisionismo.

17. A participação nas eleições e no parlamento burguês se mostra necessária, nas condições em que imperam as ilusões democráticas entre as massas. Por se tratar da luta de classes no terreno democrático da burguesia e por meio do qual exerce sua dominação, a tática eleitoral do POR está subordinada ao método da ação direta e lhe serve apenas de auxiliar no combate por unir as massas sob a estratégia da revolução, educá-las e elevar sua consciência socialista. Está subordinada à defesa do programa de destruição do Estado burguês. As experiências mais bem sucedidas foram as dos bolcheviques, na Rússia. A intervenção dos revolucionários serviu para ajudar o proletariado e os camponeses a verem que as eleições e o parlamento não passam de formas de dominação de classe. A experiência mais nefasta de adaptação ao parlamento burguês foi o da socialdemocracia alemã. É preciso combater sem trégua o oportunismo que se mascara de marxismo. Também se deve combater o sectarismo que nega por princípio a intervenção do partido revolucionário no parlamento burguês. Os explorados somente se libertam definitivamente das cadeias da democracia burguesa quando se constituem em força organizada disposta e capaz de criar seu poder e sua própria democracia. A luta no campo político da burguesia objetiva utilizá-lo como tribuna para ampliar a defesa do programa revolucionário, desmascarar o democratismo burguês e pequeno-burguês, demonstrar o caráter de opressão do Estado e desenvolver a ação direta dos explorados.
18. A autodefesa é um dos meios relevantes que se impõem diante da violência reacionária dos exploradores, que, além de se valerem do aparato de repressão do Estado, criam suas próprias forças. No campo, os camponeses e indígenas têm um acúmulo de experiência com os jagunços, capatazes e milícias contratadas por latifundiários, madeireiros, etc. Na história do movimento operário brasileiro, não faltam exemplos dos capitalistas lançarem seguranças do capital contra os grevistas e suas organizações. O acirramento da luta de classes, inevitavelmente, leva a burguesia a se utilizar de todo tipo de violência. Os comitês armados de autodefesa, vinculados às massas em luta, se impõe como necessidade. Os reformistas que controlam o movimento operário e camponês rechaçam a formação dos comitês de autodefesa. Trabalham para que os oprimidos que

sofrem ataques armados depositem confiança na democracia burguesa e na justiça dos capitalistas. Ao contrário, a defesa de fato das reivindicações depende de toda forma de organização e de resposta que expressem o desenvolvimento da luta de classes e a elevação da capacidade coletiva das massas. Os comitês de autodefesa, uma vez organizados, constituem embriões do armamento do proletariado e dos oprimidos.

19. A tomada do poder pelo proletariado implica vencer a reação armada da burguesia. Em outras palavras, enfrentar uma guerra civil. O desenvolvimento da luta de classes e da revolução coloca para os explorados o seu armamento. O que somente será possível se o proletariado, com sua política, cindir o exército, ganhar parte dos soldados e ter acesso aos arsenais. O objetivo da classe operária é o de desintegrar o exército permanente, bem como todas as demais forças de repressão, e substituí-lo pelo armamento do povo. As reivindicações democráticas, como direito de sindicalização, de assembleia, manifestação, eleição da oficialidade pelos soldados, etc., dirigidas às tropas são importantes para opor os soldados à hierarquia autoritária que emana do Estado burguês. O desenvolvimento da luta de classes e o fortalecimento do partido revolucionário permitirão o trabalho político sobre as Forças Armadas.
20. O programa do POR aceita plenamente a distinção da tática a ser aplicada nos países capitalistas adiantados e nos países semicolônias, feita no IV Congresso da Internacional Comunista. São respectivamente: frente única operária e frente única anti-imperialista. Incorporamos essa formulação. A frente única proletária se aplica aos países de capitalismo pleno, avançado e imperialista. É a tática que permite unir as forças do proletariado para tomar o poder. A frente única anti-imperialista corresponde aos países de economia atrasada e semicolônias em que a classe operária é minoria e necessita unir a maioria nacional oprimida em torno de seu programa e sob sua tática. Permite unificar a maioria explorada em torno do proletariado em luta contra a opressão nacional e desmascarar o impotente nacionalismo burguês. Nos países semicolônias em que a indústria se desenvolve, o proletariado se avoluma e os sindicatos ganham peso, a tática de frente única sindical se aplica como uma variante da frente única proletária. Não há uma linha divisória estanque entre as duas variantes táticas. Mas a frente única anti-imperialista expressa

a tarefa estratégica de libertação do País semicolonial da dominação imperialista por meio da revolução proletária.

3. Internacionalismo proletário

21. A revolução proletária, no Brasil, é parte da revolução mundial. Regionalmente, integra a revolução socialista no continente latino-americano. O processo insurrecional, a tomada do poder pelo proletariado e as transformações no modo de produção, apropriação e distribuição de riqueza, em qualquer país, rompe um dos elos da cadeia mundial do capitalismo e projeta a revolução ao plano internacional. As particularidades nacionais da revolução são decisivas, mas como refração das leis gerais que conformam o capitalismo como sistema mundial. O entrelaçamento das economias nacionais e a sua interdependência, constitutivos do modo de produção mundial capitalista, determinam os fundamentos internacionalistas do programa nacional. Este é encarnado pelo proletariado como aplicação do programa mundial da revolução socialista, que é o Programa de Transição da IV Internacional.
22. O capitalismo se encontra na fase última de desenvolvimento, que é a do imperialismo. Fase esta de transição para o socialismo. As forças produtivas mundiais se processam por meio da propriedade monopolista dos meios de produção. A transformação do sistema de livre concorrência capitalista em sistema de controle monopolista tornou o capital financeiro em força predominante. Um pequeno grupo de potências passou à condição de exportador de capital para a imensa maioria das nações. O gigantesco excedente de capital concentrado nos países avançados se valoriza penetrando em todo o globo e submetendo mais amplamente os Estados nacionais. Não há ramo da produção em que não predominem os monopólios e em que o capital financeiro não dite as condições da produção e do mercado. E são poucos os Estados nacionais que não estão submetidos a uma dívida externa impagável.
23. O modo de produção mercantil se internacionalizou ainda em sua fase liberal, mas é na do imperialismo que levou às últimas consequências o sistema de divisão internacional do trabalho, de ampla interdependência e de profundos antagonismos entre os Estados nacionais. As forças produtivas e o mercado mundial estreitaram os laços entre as nações, mas em uma relação de oposição, demarcada

por fronteiras nacionais. Por meio da interdependência, o imperialismo desenvolve a exploração, o saque e a opressão sobre a imensa maioria das nações. Conservou e potencializou a divisão originária do capitalismo entre países opressores e oprimidos, saqueadores e saqueados, avançados e atrasados, exportador de capital e importador de capital, produtor de manufaturados e produtor de matérias primas. Os diferentes níveis de desenvolvimento econômico-social dos países constituem as particularidades dinâmicas nas relações complementares e antagônicas do modo mundial de produção e de troca. Essas particularidades necessariamente se refletem no programa da revolução proletária.

24. O entrelaçamento entre os países em distintos graus de desenvolvimento conforma uma unidade mundial submetida à partilha pelo capital monopolista-financeiro. As velhas possessões coloniais que serviram à expansão mundial das forças produtivas capitalistas cederam lugar a uma nova divisão do mundo de acordo com a concentração monopolista que caracteriza as potências imperialistas. As colônias foram elevadas à condição de semicolônias. Submetidas à lei do desenvolvimento desigual e combinado, expressam em escala distinta a coexistência de formas pré-capitalistas com as plenamente capitalistas. O capital monopolista e o domínio imperialista são forças determinantes tanto para as mudanças relativas nessa coexistência quanto pela sua absoluta conservação. Os países semicoloniais não têm como romper a camisa de força dos monopólios e da partilha interimperialista no âmbito das relações capitalistas de produção e distribuição. Suas formações sociais e suas forças produtivas são constitutivas das forças produtivas mundiais, submetidas à propriedade monopolista e ao capital financeiro.
25. O capitalismo da fase imperialista chegou ao ponto mais elevado do parasitismo e da decomposição. As forças produtivas altamente desenvolvidas encarceradas nos monopólios se chocam contra ele. Embora não se paralise totalmente, estão submetidas às tendências predominantes da estagnação e da decomposição. As renovações científico-tecnológicas extremamente avançadas potencializam a crise estrutural de superprodução. O gigantesco acúmulo de capital financeiro em boa parte inaplicável à produção hipertrofia as características de Estados-rentistas nos países avançados. Sugam as riquezas das semicolônias por meio do endividamento e impõem-lhes travas.

- As fronteiras nacionais, por sua vez, se erguem como poderosos obstáculos ao comércio e à produção. As crises tendem a ser cada vez mais amplas, profundas e longas.
26. O capitalismo em decomposição destrói forças produtivas. As crises de superprodução obrigam a burguesia imperialista a se livrar do enorme excesso de valores criados. A recessão resulta em quebras maciças, fechamento de postos de trabalho em grande escala e brutais retrocessos nas conquistas dos trabalhadores. As massas são amplamente sacrificadas por medidas de destruição de trabalho realizado e a ser realizado. Os países semicoloniais têm de suportar a disputa acirrada entre os monopólios. O capital financeiro exige maior desnacionalização, entrega de riquezas naturais e de subordinação às diretrizes mundiais ditadas pelas potências. As tendências bélicas são impulsionadas pela burguesia parasitária. As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção monopolistas, bem como com as fronteiras nacionais, condicionam às tendências de decomposição mundial do capitalismo.
 27. O capitalismo se contorce em guerras, revoluções e contrarrevoluções. A fase relativamente pacífica do desenvolvimento liberal foi suplantada por uma fase de domínio da violência em toda a linha. A dominação imperialista é garantida e expandida por meio de guerras, intervenções militares, bloqueios econômicos e acordos discriminatórios. A 1ª e 2ª Guerras Mundiais resultaram da aguda anarquia social da produção e do enfrentamento das potências por novas partilhas do mundo. A destruição em grande escala de forças produtivas – que inclui vidas humanas – nas duas guerras e o reordenamento do poder mundial pelos países imperialistas são as marcas definitivas de que o capitalismo mantém-se à custa da violência reacionária. Em todo e qualquer conflito que envolve a continuidade ou ruptura do capitalismo, em qualquer país, não importando o seu grau de desenvolvimento, as potências intervêm. Para a burguesia monopolista, não há autodeterminação das nações. Em contraposição, as revoluções proletárias se impuseram como condição histórica para a libertação das forças produtivas da camisa de força dos monopólios, do capital financeiro parasitário e da opressão nacional. O direito a autodeterminação das nações somente pode ser defendido pela revolução proletária. A classe operária internacional encarna a

- luta anti-imperialista de defesa incondicional das nações oprimidas contra a intervenção das potências.
28. A Revolução Russa abriu caminho para o desenvolvimento da revolução em outros países e assentou as bases do programa marxista para a revolução mundial. As experiências transformadoras comprovaram a conclusão de Marx e Engels de que o elevado desenvolvimento das forças produtivas, a sua extrema concentração e a anarquia social da produção estabeleciam a transição do capitalismo para o socialismo. No imperialismo, como etapa superior do capitalismo, essas condições objetivas para a transição amadureceram ainda mais. A Revolução Russa iniciou o processo histórico de compatibilização do modo de produção, apropriação e distribuição com o caráter social dos meios de produção. As forças produtivas sociais libertas da condição de capital se permitiram ao planejamento, voltado a toda sociedade. O proletariado se mostrou capaz, por meio de seu partido, de constituir a democracia soviética. Por meio da qual, a sua ditadura de classe iniciou o processo de transição do capitalismo para o socialismo na União das Repúblicas Soviéticas. As inúmeras revoluções que a sucederam confirmaram que o capitalismo monopolista é de transição para o socialismo.
29. A previsão de Trotsky de que sem a revolução política e a derrocada da burocracia estalinista triunfaria a restauração capitalista se confirmou. Os bolcheviques previam a possibilidade de se interromper a transição, caso o proletariado não impusesse derrotas à burguesia, principalmente em países de capitalismo avançado da Europa. O socialismo não poderia se consolidar e se desenvolver isoladamente na União Soviética. A burguesia mundial acabaria sufocando o desenvolvimento das forças produtivas libertas da propriedade privada dos meios de produção. O estalinismo emergiu como fração revisionista do internacionalismo proletário no seio do Partido Comunista Russo e no do Estado Operário. A sua vitória contra o trotskismo resultou na aplicação da tese da possibilidade de construção do “socialismo em um só país”. As mudanças no equilíbrio de forças mundiais com a hegemonia dos Estados Unidos após a 2ª Guerra, com o assentamento da nova partilha do mundo e a completa sujeição da Europa às diretrizes norte-americanas permitiram isolar as revoluções socialistas, alimentar as divisões interburocráticas, interromper a ascensão da União Soviética e bloquear seu desenvolvimento industrial. O imperialismo

venceu a “guerra fria” impondo o curso da restauração aos governos impregnados do nacionalismo socialista e degenerados em ditaduras burocráticas. Trata-se de um profundo retrocesso histórico, mas provisório, ainda que possa se estender por muito tempo.

30. A tarefa consiste em construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas e reconstruir a IV Internacional. A rica experiência da luta de classes mundial e do internacionalismo marxista constitui o cimento sobre o qual se edificará o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Programa de Transição da IV Internacional mantém sua validade. Expressa a continuidade do internacionalismo revolucionário, especialmente as posições programáticas, teóricas e ideológicas do marxismo-leninismo, formuladas nos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. A luta do trotskismo contra a revisão estalinista, a política de derrota do proletariado e as forças da restauração capitalista levaram à constituição da IV Internacional, que edificou um marco para todo um período de recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. A desintegração da IV Internacional após a morte de Trotsky indicou o quanto é profunda a crise histórica de direção, aberta pela destruição da III Internacional. O revisionismo nas fileiras da IV Internacional expôs o fracasso das seções que não foram capazes de aplicar o Programa de Transição em seus países e penetrar no proletariado. O revisionismo se caracteriza pelo desprezo e negação da concepção de que o partido é o programa. O Partido Operário Revolucionário (POR) se constrói como parte da luta pela reconstrução da IV Internacional, sob o Programa de Transição.

II. Programa de Transição para a revolução socialista no Brasil

1. Caráter da revolução

31. O caráter da revolução no Brasil é determinado pelo alto desenvolvimento das forças produtivas mundiais, pela tendência geral à decomposição do capitalismo monopolista e pelo particular lugar que ocupa na ordem internacional como país de economia atrasada e semicolonial. O amadurecimento das condições para a revolução proletária no País é dado pelo esgotamento do modo de produção capitalista mundial e não apenas pelo particular desenvolvimento do capitalismo interno. Não haverá outro tipo de transformação que não seja socialista. A classe operária chegará ao poder pela revolução social e transformará a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.
32. As particularidades do capitalismo atrasado e de sua condição de país semicolonial condicionam o caráter da revolução proletária, as relações de classes e as tarefas fundamentais. As forças produtivas no Brasil, embora tenham dado saltos à frente com a penetração monopolista, mantêm-se em atraso perante as centralizadas pelas potências. Mundialmente, as forças produtivas estão plenamente desenvolvidas e se chocam com as relações de produção e as fronteiras nacionais. Particularmente, nas semicolônias, guardam atraso e se manifestam heterogeneamente. Na América Latina, o Brasil se

- destaca pelo portentoso capitalismo. Mas se distingue apenas em escala de desenvolvimento econômico e social dos demais países atrasados e semicoloniais. Com todo o seu aparato industrial, mantém-se entrelaçado indissolivelmente ao conjunto dos países latino-americanos pelos traços fundamentais do capitalismo atrasado, condicionado pela estrutura de economia combinada.
33. As particularidades da revolução social no Brasil são refrações das condições gerais de atraso das forças produtivas em todo o continente latino-americano, que, por sua vez, são refrações das forças produtivas altamente desenvolvidas sob a forma do capitalismo monopolista. A revolução no Brasil modificará a correlação de forças no continente latino-americano, o que criará condições políticas para as massas entenderem e incorporarem a estratégia internacionalista sintetizada na bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.
 34. O capitalismo se implantou em todos os ramos fundamentais de produção e de comércio. Mas não eliminou completamente as formas de produção pré-capitalistas, herança da fase colonial de sua formação. Não superou a condição do Brasil de agroexportador, de fornecedor de matéria prima, de importador de manufaturas e de capital financeiro. A taxa de produtividade do trabalho continua baixa em relação à das potências. Os avanços em setores como o de bens de capital e de alta tecnologia foram contidos pelos monopólios internacionais. Grande parte da exportação de manufaturas e das semimanufaturas está na dependência das multinacionais, que controlam internamente os ramos fundamentais da produção. O desenvolvimento desigual das diversas regiões sofreu alterações em razão do avanço das forças produtivas industriais, do processo de desconcentração industrial e do crescimento do mercado interno, sem contudo caminhar para uma mudança substancial dos enormes desequilíbrios. Poucos estados do Sudeste se mantêm como centro gravitacional do imenso país. As disparidades regionais no Brasil refletem a lei geral do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que condiciona as particularidades dos países atrasados, não só em relação à ordem econômica mundial, mas também em sua estrutura interna.
 35. Os traços gerais da economia combinada se verificam especialmente na economia agrária. A agroindústria penetrou em todos os rincões do Brasil, mas não extinguiu o campesinato. A propriedade latifundiária continua dominante, entrelaçada a milhões de pequenas pro-

priedades. Coexistem a produção camponesa rudimentar com a capitalista tecnificada. Importante porção das forças produtivas ainda está sob a responsabilidade do trabalho familiar. Na divisão social do trabalho, a pequena e a média produção, com distintos graus de desenvolvimento capitalista (utilização da força de trabalho assalariada, uso da tecnologia e das técnicas de produção), abastecem o mercado interno, enquanto a produção agroindustrial em grande medida serve à exportação. A enorme redução da população no campo resulta da penetração capitalista e da redução do peso do campesinato. No entanto, em regiões do Nordeste, a população agrária se reduz mais lentamente e mantém seu peso característico de atraso econômico.

36. A luta de classes no campo e os conflitos das nacionalidades indígenas expressam a transição inacabada da formação econômica pré-capitalista do Brasil para a capitalista plena. Os camponeses pobres, ribeirinhos, extrativistas e índios estão em choque permanente com a burguesia agrária e, mais recentemente, com a fração agroindustrial vinculada ao capital imperialista. A expulsão das famílias camponesas de suas glebas é um fenômeno que persiste e que polariza a luta de classes no campo. Também caracteriza o atraso e a vigência de tarefas democráticas não resolvidas pela burguesia brasileira. A bandeira de reforma agrária levantada pelo movimento dos sem-terra se assenta na imensidão da propriedade latifundiária, na situação de penúria de milhões de camponeses e na investida dos capitalistas sobre os seus interesses. O fracasso das tentativas de “reforma agrária”, que não passaram de limitados assentamentos e de toda sorte de desvios reformistas que colocaram as aspirações dos pobres do campo nas mãos do Estado burguês, não elimina a questão agrária camponesa. O problema está em que somente o programa do proletariado de fato constitui uma solução para a opressão exercida pela grande burguesia sobre as massas camponesas.
37. O direito à posse da terra e à autodeterminação é a reivindicação que possibilita a sobrevivência das inúmeras nacionalidades indígenas. O seu número extremamente reduzido não as tem impedido de lutar pela posse da terra. Conservam a sombra do genocídio colonial. E boa parte se decompõe sob as condições de opressão capitalista. Não reivindicam a autodeterminação. Não têm organização e consciência sobre sua condição de nacionalidade. O movimento indígena tem dependido da Igreja e sofrido influências externas.

O Estado assumiu a responsabilidade de garantir uma extensão de terra, por meio da demarcação. A resistência dos latifundiários, agroindustriais, madeireiros e garimpeiros, porém, tem inviabilizado o cumprimento de tal objetivo. Imensas riquezas estão à espera da exploração. E não serão os indígenas que se dedicarão a ela. A decisão do Estado de se fazer de protetor dos índios se desfaz diante da violência com que os exploradores os atacam. Não é possível ao Estado compatibilizar as necessidades das nacionalidades indígenas de sobrevivência com os interesses da burguesia agrária e dos monopólios agroindustriais. Em certa medida, a luta indígena pela terra se identifica com a dos camponeses. A unidade indígena-camponesa, sob a direção do proletariado, é a via para se conquistar a terra e garantir o direito de autodeterminação.

38. O programa agrário do POR é o da revolução agrária. O seu caráter combina tarefas democráticas com as socialistas. Democráticas, porque atenderá a reivindicação de reforma agrária dos camponeses. Socialistas, porque coletizará a produção capitalista agroindustrial. O conteúdo combinado da revolução agrária expressa as condições materiais do desenvolvimento da economia agrária e das classes sociais. O entrelaçamento do trabalho familiar (pequena propriedade e produção individual) com o trabalho assalariado (propriedade capitalista dos meios de produção e produção social) dita o ponto de partida das transformações agrárias, condizentes com a transição do capitalismo para o socialismo. A revolução agrária é tão somente uma particularidade da revolução socialista, assentada na aliança operária e camponesa. A expropriação geral dos latifúndios e da agroindústria é a medida que de fato colocará a economia agrária nas mãos da classe operária e dos camponeses pobres, que logo verão que a produção coletiva é superior e necessária para uma nova etapa do desenvolvimento social.
39. Ao lado do campesinato oprimido, se formou o proletariado agrícola. O desenvolvimento do trabalho assalariado no campo potencia o proletariado como classe revolucionária concentrada na grande indústria e nos centros urbanos. O que amadurece ainda mais as condições gerais para a unidade revolucionária entre a classe camponesa e a classe operária. Uma das tarefas da revolução proletária é a da expropriação da grande propriedade agrária e a nacionalização das terras. A constituição do governo operário e camponês permitirá

à maioria nacional oprimida realizar essa tarefa democrática típica do país semicolonial. A preservação das posses dos camponeses e a realização da reforma agrária em terras latifundiárias apropriadas ao trabalho camponês serão asseguradas pela nacionalização. O programa do proletariado não defende nenhuma forma de propriedade privada. Trata-se de apoiar a luta camponesa pela terra contra os latifundiários e seu governo.

40. As características fundamentais de capitalismo avançado são dadas pela penetração monopolista. O Brasil foi incorporado ao capitalismo mundial pelo colonialismo e posteriormente pelo imperialismo. Submetido às potências, não teve capacidade própria para alcançar o desenvolvimento independente e determinar o curso das forças produtivas. A sua industrialização se deveu à expansão dos monopólios, em busca de exploração da força de trabalho barata e de mercados e à invasão do capital financeiro. O controle dos ramos-chaves da produção e do comércio pelo capital externo, de um lado, e o endividamento do Estado, de outro, consolidaram a dependência do País perante as potências. A grande indústria, porém, forjou uma poderosa classe operária, que se potenciou na produção social e que objetivamente está diante da tarefa de libertar o País do jugo imperialista. O proletariado brasileiro se ergue tanto diante da exploração do trabalho quanto diante da opressão nacional. A interdependência destas formas de escravização moderna dos explorados é própria dos países semicoloniais. A luta pela independência nacional passa pela expropriação e estatização, sem indenização do capital imperialista e pelo rompimento com a servidão do endividamento do Estado.
41. O controle dos ramos fundamentais da produção pelo capital imperialista estabeleceu as condições de existência e desenvolvimento do capital nacional. Estabeleceram-se poderosos laços de interdependência. A fração da burguesia nacional que detém parte do grande capital industrial, agrário e financeiro compartilha dos interesses do imperialismo. A coligação monopolista dita em última instância as condições de desenvolvimento das forças produtivas do País. O pequeno e o médio capital seguem subordinados à tendência de concentração monopolista. A potencialidade de produção e de desenvolvimento social do País depende, para se realizar, da coligação monopolista e dos ditames da política mundial do imperialismo. A indústria avançada e regionalmente concentrada se encarregou de

demonstrar a enorme capacidade econômica subutilizada. A coligação monopolista se constituiu, assim, em poderoso obstáculo à livre projeção das forças produtivas e às necessidades de avanço social. A superação das travas do grande capital depende de sua transformação em propriedade social. A expropriação dos monopólios internacionais se realizará concomitantemente com a expropriação revolucionária do grande capital nacional.

42. As transformações sociais dependem da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. A classe operária, os camponeses pobres, os indígenas e camadas da classe média urbana arcam com o peso do atraso econômico, da dupla exploração (da burguesia nacional e da imperialista), da sangria financeira do Tesouro Nacional, do saque das riquezas minerais, da devastação da natureza e da anarquia da produção mundial. A burguesia não consegue eliminar as chagas típicas das semicolônias: o analfabetismo e o semi-analfabetismo, o alto índice de mortalidade infantil e maternal, as doenças epidêmicas e aquelas de fácil prevenção, a enorme incidência de acidentes de trabalho e a mutilação de parte da força de trabalho, etc. A fonte das condições precárias de existência da maioria nacional oprimida está na brutal exploração, no baixíssimo salário mínimo, no desemprego e subemprego e nas condições de baixa produtividade da economia camponesa. A fome e a miséria são crônicas, consumindo a vida de milhões. Essa realidade social se contrapõe à pujança do capital monopolista, das riquezas nacionais concentradas nas mãos da minoria burguesa, do potencial natural e agrário do Brasil.
43. A revolução proletária resolverá as tarefas democráticas pendentes do capitalismo atrasado. São as fundamentais: a reforma agrária, a independência nacional, a unidade nacional, a autodeterminação indígena, fim do analfabetismo e das discriminações sociais. Distintas camadas e frações de classes oprimidas têm suas necessidades e aspirações assentadas nestas tarefas democráticas que a burguesia não cumpriu e não mais cumprirá. E, por isso, se manifestam constantemente em choque com a grande burguesia e seu Estado oligárquico. Naturalmente, tendem a ocupar a trincheira de luta da maioria oprimida. Mas por si mesmas não têm como, no âmbito do capitalismo, resolver as contradições que lhes esmagam. Uma medida exemplar dessa constatação é o fracasso da reforma agrária. E outra é a inques-

tionável incapacidade da burguesia de livrar o País do jugo imperialista. A impossibilidade do capitalismo atrasado e do Estado semi-colonial de emancipar o País desses obstáculos indica que se trata de tarefas estruturais. É fato que a burguesia brasileira prescindiu de uma revolução democrática anti-imperialista. Formou-se como classe dominante atada ao colonizador e depois ao imperialismo. De forma que as tarefas democráticas passaram para a classe operária. A revolução proletária no Brasil tem, portanto, a particularidade de combinar tarefas democrático-burguesas com medidas socialistas.

44. A classe operária, para tomar o poder pela insurreição armada, depende de conquistar para a luta revolucionária as camadas mais oprimidas da classe camponesa e da pequena-burguesia urbana. A aliança de classes oprimidas, porém, distintas, sobre a base das tarefas democráticas e dos objetivos socialistas, determina o conteúdo inicial da revolução, que se modificará no processo de transição socialista, com sua projeção na América Latina e como parte da revolução mundial. As bases materiais e históricas do País semicolonial imprimem o caráter democrático da revolução que se converterá sob a ditadura do proletariado em socialista. Não se trata da utópica revolução democrática para desenvolver o capitalismo e assim criar as bases para uma futura revolução socialista. O capitalismo já está maduro para ser substituído pelo modo de produção socialista e deste para o comunista em sua forma superior mundial. As tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia correspondem ao desenvolvimento desigual do capitalismo e à camisa de força dos monopólios. O proletariado, em aliança com o campesinato e com setores da pequena-burguesia urbana, romperá as travas que sustentam a economia combinada.
45. A tomada do Estado e destruição integral do aparato que sustenta a ditadura de classe da burguesia permitirá a constituição de um governo operário e camponês, assentado sobre a maioria nacional oprimida. Os explorados terão de passar pela defesa de reformas, sofrer derrotas e obter vitórias, para, por meio das experiências na luta de classes, se unificarem em torno do partido marxista-leninista-trotskista. O governo operário e camponês exercerá a ditadura de classe da maioria contra a minoria capitalista. Os centros urbanos estão repletos de assalariados, de desempregados, de subempregados e de trabalhadores informais. De conjunto, formam as massas populares que se levantarão desde as fábricas, bairros pobres, favelas

e cortiços. Tomarão parte da revolução, ao lado da classe operária, a juventude oprimida, camadas estudantis, setores do funcionalismo e profissionais economicamente proletarizados. A revolução proletária assim será popular e o governo operário e camponês, expressão das massas oprimidas, organizadas desde sua base social. O governo operário e camponês agirá para cumprir as tarefas democráticas e o programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade de toda a sociedade e voltada inteiramente para transição do capitalismo para o socialismo.

2. Reivindicações e tarefas transitórias

46. O fundamento do Programa de Transição consiste em que as reivindicações que defendem a vida das massas e se opõem à opressão dos exploradores se chocam com os pilares do capitalismo e amadurecem as condições para a revolução socialista. O sistema de reivindicações transitórias leva o proletariado à luta pela conquista do poder. As necessidades mais elementares dos explorados são o ponto de partida para organizar o movimento revolucionário e avançar da luta defensiva para a luta ofensiva contra o Estado burguês. O Programa de Transição consiste no trabalho do partido em mobilizar e organizar sistematicamente os explorados para a revolução proletária. Distintamente do reformismo e do burocratismo sindical que iludem os explorados com a possibilidade da burguesia atender as reivindicações por meios parlamentares e judiciais, o marxismo-leninismo-trotskismo se apoia integralmente no método da ação direta e subordina a ele todas as demais variantes de luta. As conquistas parciais somente são possíveis no capitalismo por meio da ação revolucionária. E não poderão ser conservadas se os explorados não continuarem avançando sob a estratégia da ditadura do proletariado. O Programa de Reivindicações Transitórias será cumprido integralmente pelo governo operário e camponês.

Defesa da vida dos explorados

- Salário mínimo vital – Calculado de acordo com as reais necessidades de uma família de quatro pessoas;
- Trabalho igual, salário igual – Fim das discriminações raciais e sexuais. Fim das diferenciações regionais. Contrato coletivo nacional;
- Escala móvel de reajuste – Reajuste automático dos salários de acor-

- do com a alta do custo de vida
- Escala móvel das horas de trabalho – As horas nacionais trabalhadas são divididas entre todos aptos ao trabalho, sem redução dos salários;
 - Estabilidade no emprego – Garantia de que os capitalistas não podem demitir;
 - Aposentadoria por tempo de serviço, custeada inteiramente pelos capitalistas e seu Estado;
 - Saúde pública e gratuita – Estatização do sistema privado de saúde, sem indenização e constituição de um sistema único, público e gratuito, sob controle operário;
 - Educação pública e gratuita – Estatização do sistema privado de ensino, sem indenização e constituição do sistema único, público e gratuito, científico, vinculado à produção social, sob controle coletivo dos que estudam e trabalham;
 - Habitação a todos – Garantia do Estado de que nenhuma família fique sem-teto. Construção de moradias populares, sob o controle operário. Estatização das grandes empresas de construção e incorporadoras, sem indenização, e obras públicas voltadas para a população;
 - Segurança pública popular – Desmantelamento da segurança privada: da polícia, da tropa de choque e de todo corpo de segurança do capital. Constituição de milícias populares;
 - Eliminação das discriminações raciais e sexuais;
 - Fim da exploração do trabalho infantil, emprego e escola a todos os jovens, jornada de trabalho que combine trabalho e estudo;

Controle operário da produção

- Fim dos segredos comerciais dos monopólios industriais, comerciais e financeiros. Abertura da contabilidade à população;
- Constituição de comitês de fábrica. Organização de conselhos que os centralizem;

Independência nacional

- Rompimento da dominação imperialista. Autodeterminação da nação oprimida. Soberania nacional; Fim do processo de desnacionalização econômica;
- Estatização das multinacionais, das grandes empresas nacionais e do capital financeiro, sem indenização;

- Expropriação dos grandes grupos de comunicação (Rádio, TV, Internet), sob o controle operário;
- Nacionalização do comércio exterior;
- Cancelamento das dívidas interna e externa;
- Autodefesa nacional – Armamento do proletariado e da população;

Revolução agrária

- Expropriação sem indenização dos latifúndios. Nacionalização das terras;
- Estatização sem indenização da agroindústria. Transformação da propriedade e dos meios privados de produção em propriedade social. Produção coletiva;
- Cumprimento da reivindicação camponesa de reforma agrária. Proteção estatal ao pequeno produtor, organizado em comitês agrários e em cooperativas;

Unidade nacional

- Superação dos desequilíbrios regionais e do atraso relativo entre os estados da União;
- Programas especiais para as regiões do Norte e Nordeste. Exploração do potencial regional, segundo um plano nacional de desenvolvimento integrado;
- Fim das discriminações econômicas e sociais inter-regionais;
- Fim da opressão étnica. Atendimento das reivindicações indígenas. Proteção especial do Estado Operário às nacionalidades. Direito à autodeterminação;

Direitos democráticos

- Fim de toda legislação repressiva às massas. Direito irrestrito de greve;
- Livre organização sindical. Independência diante do Estado e dos exploradores;
- Fim da arbitragem obrigatória do Estado e de seu aparato judicial;
- Direito de livre manifestação coletiva, de greve, de ocupações, de bloqueios e de piquetes;
- Livre organização aos partidos da classe operária e dos demais explorados. Nenhum impedimento legal. Fim de todos os obstáculos à legalização eleitoral. Igualdade de acesso aos meios de comunicação;

- Direito ao aborto. Garantias médicas ao aborto pelo Estado. Fim da discriminação em relação aos direitos civis. Fim de toda forma de violência sexual. Responsabilização do Estado pela violência;
- Fim da interferência do Estado e da Religião nos problemas particulares da vida sexual e íntima das pessoas;
- Punição de todos os crimes da burguesia contra a economia e contra a vida dos explorados. Constituição de um Tribunal Popular.

Estratégia da revolução proletária

- Constituição da unidade da maioria nacional oprimida sob a direção da classe operária. Aliança operária e camponesa. Frente única anti-imperialista.
- Destruição do poder da burguesia. Constituição de um governo operário e camponês. Ditadura do Proletariado.
- Transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

Programa e Fundamentos Históricos



Fundamentos Históricos do Programa

I. Internacionalismo proletário

Programa e Fundamentos Históricos

I. Internacionalismo proletário

1. O Partido Operário Revolucionário (POR) se constitui como parte da luta pela reconstrução da IV Internacional, que tem por fundamento o Programa de Transição. Essa tarefa consiste em pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. A III Internacional, em seus Quatro Primeiros Congressos, sob a direção de Lênin e Trotsky, funcionou como a organização mundial do proletariado, regida pelo centralismo democrático e guiada pelo programa da revolução socialista. A destruição da III Internacional pela ação revisionista do nacional-socialismo estalinista resultou em triunfo do imperialismo sobre a organização revolucionária das massas. Sem o Partido Mundial da Revolução Socialista, que se constituiu alicerçado na Revolução Russa e no programa internacionalista do bolchevismo, o proletariado se encontrou desarmado para enfrentar a crise histórica do capitalismo imperialista e avançar no terreno das revoluções que marcaram o século XX. A etapa de restauração capitalista, impulsionada pela burocracia contrarrevolucionária e alimentada pelo imperialismo, que tomou corpo nos anos 80 e 90, resultou do processo aberto com a ascensão de Josef Stálin ao poder do Estado soviético, em 1923. Confirmou-se plenamente a caracterização de Trotsky de que o estalinismo se levantava como uma força contrarrevolucionária, que levaria à derrocada da União Soviética. A destruição de conquistas das revoluções proletárias, no entanto, expressa tão-somente uma interrupção – ainda que tenha resultado em profundo e violento retrocesso – no processo histórico de destruição do capitalismo e construção da sociedade mundial comunista.

2. A decisão da Oposição de Esquerda Internacional de formar a IV Internacional foi tomada somente no momento em que o Partido Comunista Russo e a III Internacional haviam definitivamente traído o proletariado. A degenerescência da ditadura do proletariado transformada em ditadura burocrática restauracionista e a transformação da III Internacional em agência da burocracia estalinista se evidenciaram na política nacionalista e na incapacidade de aplicar o programa e a tática do internacionalismo diante da escalada do nazifascismo e da 2ª Guerra Mundial. O estalinismo, primeiro, liquidou programaticamente a III Internacional e, depois, a aboliu organizativamente. A IV Internacional se impôs como necessidade histórica. O mesmo havia ocorrido com a III Internacional diante da capitulação da direção socialdemocrata da II Internacional perante o imperialismo, que se lançava à 1ª Guerra Mundial. Os acontecimentos que envolveram a falência da II e da III Internacional mostraram um fundo comum de desvio nacionalista, que levou ao abandono do internacionalismo revolucionário. O marxismo e o nacionalismo são inimigos de morte. A III Internacional, sob a direção de Lênin, se ergueu em feroz luta contra o nacionalismo da socialdemocracia. E a IV Internacional, sob a direção de Trotsky, resultou do combate da Oposição de Esquerda Russa ao nacionalismo estalinista.
3. A derrota da Oposição de Esquerda Russa e sua dissolução à base da violência contrarrevolucionária pelo aparato estalinista foi o ponto de partida para as forças inimigas da revolução se projetarem internacionalmente. A transição do capitalismo para o socialismo, que se abriu com a Revolução de 1917, expressou as contradições entre o velho regime social e o novo na política do Estado Operário. O estalinismo encarnou o nacionalismo socialista sintetizado na fórmula “socialismo em um só país”, portanto, restauracionista em seus fundamentos, contra o internacionalismo, o que provocou um fracionamento no Partido Comunista Russo. As forças objetivas do capitalismo mundial e aquelas que permaneceram internas à transição, nas condições de isolamento da União Soviética, alimentaram a fração estalinista, que se impôs hegemonicamente no partido e que esmagou fisicamente a Oposição de Esquerda Russa. Na situação econômica convulsiva que se formou a partir de 1929 e que empurrou o imperialismo para a 2ª Guerra, a Oposição de

Esquerda Internacional se organizou no exterior, sob a direção de Trotsky, no entanto, sem possibilidade de reverter a ascensão do estalinismo. A derrota do estalinismo era uma das condições para a IV Internacional dirigir o movimento das massas e transformar a guerra imperialista em guerra civil pela derrubada da burguesia. O triunfo da orientação da fração estalinista no seio do Partido Comunista Russo resultou no seu afastamento e negação prática do princípio marxista da ditadura do proletariado. A revisão nos fundamentos do bolchevismo, formulado por Lênin sob intensa luta para forjar o partido da revolução, empurrou a III Internacional e os partidos comunistas no mundo inteiro para posições que vão do ultraesquerdismo aventureiro ao mais descarado oportunismo traidor. A política desenvolvida a partir da premissa do “socialismo em um só país” se contrapôs à estratégia e ao princípio da ditadura do proletariado e do internacionalismo marxista.

4. O estalinismo foi responsável por inúmeras derrotas das massas insurretas. As posições antagônicas entre o estalinismo e o trotskismo, encarnado pela Oposição de Esquerda Internacional, que se manifestou com toda amplitude na Revolução Espanhola, sintetizaram o confronto entre a contrarrevolução e a revolução. Confronto esse que predominou por todo o período de fortalecimento do estalinismo, de um lado, e de resistência ideológico-programática do marxismo-leninismo-trotskismo, de outro. Os acontecimentos comprovaram o desastroso esquerdismo do Terceiro Período (de 1928 a 1934) que decompôs o Partido Comunista Alemão diante da ofensiva nazifascista e, em seguida, o papel traidor das frentes populares, que subordinaram a classe operária aos partidos da burguesia, considerados democráticos e progressistas. As derrotas dos explorados são parte da luta de classes, trazem lições e preparam uma nova situação de combate do proletariado. Mas as derrotas ocorridas por abandono do programa revolucionário, por capitulação e por traição das direções se convertem em brutal recuo, que exige constituir uma nova direção programática. O trabalho da Oposição trotskista consistiu em defender o programa da III Internacional diante das tarefas de construção do socialismo na União Soviética e dos novos acontecimentos mundiais. Sobre a base das experiências realizadas pelos partidos comunistas, principalmente os da Europa, que estavam diante da emersão do nazifascismo e de

uma nova guerra, a diminuta Oposição de Esquerda Internacional se lançou a formar uma direção, que continuasse o marxismo-leninismo. As condições objetivas do período conturbado pela crise, o impulso tomado pela contrarrevolução e a política derrotista desenvolvida pelo estalinismo desde o Estado Operário colocaram a Oposição de Esquerda e a IV Internacional na contracorrente dos acontecimentos. Não houve como superar seu caráter embrionário de vanguarda mundial do proletariado. O Programa de Transição e o conjunto de respostas políticas à catastrófica situação mundial não puderam se transformar em força material, que exige a fusão do partido revolucionário com o proletariado e deste por meio de sua política com as massas pequeno-burguesas arruinadas. O combate do trotskismo pela conservação das posições ideológico-programáticas do proletariado, pela defesa das conquistas da Revolução Russa, pela vitória dos levantes dos explorados contra a burguesia parasitária, pelas caracterizações da agonia do capitalismo imperialista e pelo trabalho em torno do internacionalismo permitiram estabelecer os marcos a partir dos quais será superada a crise de direção.

5. A IV Internacional não contou em sua direção com nenhuma seção que expressasse uma fração do proletariado e que pudesse constituir um quadro sólido à altura de enfrentar a tarefa de superação da crise mundial de direção. A mais desenvolvida originariamente, o Partido Socialista dos Trabalhadores (Socialist Workers Party – SWP), não foi capaz de assimilar o Programa de Transição e aplicá-lo nos Estados Unidos, consumiu-se em lutas internas e acabou na vala comum do revisionismo. O trotskismo na França, fracionado e unificado sobre bases inconsistentes, sem vínculos profundos com o proletariado, foi engolido pela guerra. Fracassou diante da necessidade de preparar a resistência da classe operária sobre a base do Programa de Transição e de atuar de acordo com o curso dos acontecimentos da guerra e do pós-guerra. Depois da morte de Trotsky, muito rapidamente, as principais seções, responsáveis por impulsionar o trabalho da Oposição de Esquerda Internacional, passaram a expressar com maior clareza seus desvios antimarxistas. Não assimilaram, no fundamental, a luta de morte do trotskismo contra o estalinismo. Não puderam, assim, sedimentar na prática a concepção leninista do partido. Os males do sectarismo e do oportunismo se potenciaram

- nas fileiras da IV Internacional, em débil construção, apesar de contar com uma sólida trajetória programática.
6. A projeção do estalinismo na guerra, na forma de colaboração político-militar com o imperialismo – primeiro com o nazifascismo e depois com as democracias imperialistas vitoriosas –, atingiu a direção da IV Internacional. Os seus dirigentes, na guerra, foram incapazes de compreender o lugar do estalinismo de auxiliar do “imperialismo democrático”. E capitularam, enveredando progressivamente em uma revisão da caracterização de que a burocracia estalinista é contrarrevolucionária. A direção máxima da IV Internacional transformou o nacional-socialismo em força progressista. Abandonou prematuramente o Programa de Transição. Já não colocava a revolução política na União Soviética. A diretriz do “socialismo em um só país” que guiava a política restauracionista já não era uma ameaça às conquistas da Revolução Russa. Os partidos comunistas estalinizados, portanto, deixavam de ser um obstáculo à luta pela revolução mundial e poderiam ser recuperados. O marxismo-leninismo-trotskismo foi substituído pelo “pablismo”, corrente pequeno-burguesa revisionista. Um dos fatores fundamentais que expressou a debilidade do trabalho de construção da IV Internacional foi que a militância que rompeu com os PCs e com os socialistas centristas não conseguiu fundir o Programa de Transição com uma fração revolucionária do proletariado. As raízes pequeno-burguesas dos quadros de direção não foram eliminadas no trabalho de estruturação da IV Internacional.
 7. A IV Internacional concluiu dividida perante as formulações mais acabadas e cristalizadas pró-estalinistas do pablismo. As capitulações e a tardia reação ao revisionismo permitiram que a camarilha pequeno-burguesa desintegrasse a IV Internacional em 1953. A luta do Partido Comunista Internacionalista (PCI), seção francesa, demarcou uma linha divisória caracterizando o pablismo de liquidacionista. No entanto, não realizou uma crítica de fundamento programático e não combateu as causas que geraram as posições revisionistas. O que era necessário para o trabalho de reconstrução da IV Internacional em oposição total às variantes do pablismo. A política de aproximação e recuperação de correntes que se submeteram ao revisionismo, como foi o caso particular e exemplar do SWP, resultou em incosequência política e organizativa perante a

tarefa de derrotar o liquidacionismo e varrer o pablismo das fileiras da IV Internacional. O PCI revelou-se centrista ao se confrontar com as forças revisionistas, procurando atrair os capituladores. A constituição do Secretariado Unificado (SU) em 1963 expressou a formação de um aparato organizado sobre a base do oportunismo. O PCI que montou sua organização internacional (Corqui) desenvolveu uma política de recuperação do SWP, que, sem se apoiar na defesa de uma clara linha programática, se adaptava mais profundamente ao estalinismo pela via do castrismo. Sob a bandeira de reconstrução da IV Internacional, ocorreu um movimento de aparato, ao ponto de se formar um Comitê Paritário com os morenistas que acabavam de ser expulsos do SU, sem a devida crítica e autocritica de ter permanecido com a fração pablista. De breve existência, o Comitê Paritário implodiu, com os morenistas acusando o PCI de capitular diante do partido socialista francês nas eleições. E os lambertistas denunciando os morenistas de variante do “nacional-trotskismo”. A evolução dos pablistas para o castro-guevarismo culminou com a submissão a governos nacionalistas e com a aceitação do método militar foquista. Abandonava-se definitivamente a teoria da revolução permanente. Portanto, negava-se a constituir o partido-programa e renunciava à tarefa da vanguarda se formar como direção dos explorados. As diversas correntes do revisionismo pablista ou foram arrastadas pelo aventureirismo pequeno-burguês ou abrigaram em suas entranhas os tumores do radicalismo aventureiro. O lambertismo não admitiu a caracterização do POR boliviano de que se tratava de organizações antimarxistas e completamente estranhas à tarefa de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. A posição crítica ao “foquismo”, sem determinar seu caráter de classe, correspondeu à política aparelhista de recuperar algumas das variantes do pablismo.

8. O Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR), que não fez parte da direção que assumiu o comando da IV Internacional nos anos 40 e que chegou degenerada nos anos 50, permaneceu à margem do processo de desintegração da IV Internacional. Formulou suas posições e críticas a partir da manifestação do pablismo nas fileiras do POR, que lhe custou uma cisão. O isolamento dos trotskistas bolivianos foi prejudicial tanto para projetar as conquistas do proletariado mineiro internacionalmente, quanto para combater o

revisonismo em nível internacional. O partido acumulou em sua longa trajetória importante experiência no seio do proletariado, que lhe permitiu contribuir para o avanço do marxismo. Ao se pôr em pé com um programa testado na luta de classes e no desenvolvimento político da Bolívia, o POR se constituiu em um pilar para o trabalho de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. A fragmentação da IV Internacional em inúmeras organizações centristas – a maioria não passa de pretensas organizações – confirma a sua tese de que a IV Internacional somente se levantará com o trabalho de construção de partidos que tenham programa e que penetrem no seio das massas de seus países. O Programa de Transição é o instrumento para cumprir esse objetivo histórico.

9. A profunda regressão político-organizativa sofrida pelo proletariado com a destruição da III Internacional pelo estalinismo configurou a crise de direção. A dissolução da IV Internacional pelo revisionismo contribuiu para retardar a reorganização do proletariado. O capitalismo mundial se decompõe no quadro da crise estrutural. No entanto, o proletariado se encontra sob o controle das velhas direções completamente subordinadas à burguesia. Esse poderoso obstáculo estrangula as iniciativas revolucionárias dos explorados. Há que partir dessa situação para construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas, organizados sobre o programa da revolução e ditadura proletárias e regidos pelo centralismo-democrático. O capitalismo imperialista em desintegração e em transição histórica para o modo de produção comunista impõe aos partidos revolucionários que desenvolvam no seio do proletariado e no processo da revolução social o programa internacionalista. As particularidades nacionais se subordinam e interagem dialeticamente com as leis gerais do modo de produção capitalista, que o constituiu como uma economia mundial. Partindo dessa lei histórica, o marxismo concebeu que a revolução proletária se inicia em um determinado país, sob a direção do partido comunista, e se desenvolve internacionalmente. A Revolução Russa e a estruturação concomitante da III Internacional edificaram o marco estabelecido por Marx e Engels do internacionalismo programático, teórico e prático. A destruição da III Internacional e a dissolução organizativa da IV Internacional foram a maior dentre as vitórias da burguesia mundial contra a luta do proletariado pela destruição da sociedade de classes. Mas se trata de uma vitória que

tão-somente retarda a revolução mundial e amplia a barbárie social. A vanguarda consciente tem a seu dispor as experiências das revoluções e a comprovada teoria marxista. A reconstrução da IV Internacional é um objetivo programático dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas, que se colocam como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista.



Fundamentos Históricos do Programa

II. Imperialismo, capitalismo na fase de transição para o socialismo

Programa e Fundamentos Históricos

II. Imperialismo, capitalismo na fase de transição para o socialismo

1. O capitalismo se transformou definitivamente em imperialismo, no início do século XX. Constituiu como base de sua economia a forma monopolista de propriedade dos meios de produção e de comércio. O capitalismo da fase liberal, caracterizado pela livre concorrência, foi substituído pela fase monopolista. A lei econômica de concentração da produção e do capital levou o capitalismo a sua fase última de desenvolvimento histórico, que é a do imperialismo. Não há como as forças produtivas mundiais continuarem se desenvolvendo livremente e em grande escala. A força de trabalho e os meios de produção, que constituem as forças produtivas, entraram em total contradição com as relações de produção baseadas na propriedade privada burguesa, que se elevou à condição de monopólios. Igualmente, as forças produtivas estão em contradição com a divisão da economia mundial em economias nacionais – as fronteiras de cada país se levantam como travas ao desenvolvimento das forças produtivas mundializadas. O choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações de produção e apropriação capitalistas e com as fronteiras nacionais se manifesta plenamente na fase última do capitalismo. Essa é a contradição estrutural que impõe ao capitalismo mundial o curso de sua estagnação, de suas crises e de sua desintegração.
2. O capitalismo da fase imperialista é o de domínio do capital financeiro, que se formou por meio da fusão do capital industrial com o capital

bancário. A exportação de capitais se tornou uma função estrutural do capitalismo monopolista. A gigantesca acumulação de capital-dinheiro em poder de uma minoria de países lhes conferiu um lugar de exploração parasitária na ordem mundial do capitalismo. A esmagadora maioria das nações semicoloniais subjugadas ao imperialismo está submetida à condição de devedoras e pagadoras de juros, dividendos, etc. Os bancos movimentam uma massa de capital-dinheiro na forma de empréstimos. Enorme parcela da riqueza produzida é destinada a valorizar o capital financeiro. Os Estados imperialistas se edificaram como Estados-rentistas. Expressam a burguesia parasitária, que lucra mais com a usura e com a especulação do que com a produção de mercadorias e com o comércio. A necessidade de crescimento econômico e a tendência à decomposição convivem contraditoriamente na fase última do desenvolvimento capitalista. Quanto mais avança o progresso tecnológico, mais se acentuam as desigualdades entre os ramos de produção, países e regiões, mais violentos se tornam os vínculos de dependência das nações oprimidas com os monopólios e mais ofensivo se torna o capital parasitário.

3. A fase do capitalismo monopolista corresponde à completa divisão do mundo entre as potências. O que exigiu novas repartições, por meio das 1ª e 2ª Guerras Mundiais. E continua a exigir. Trata-se de choques entre os Estados imperialistas, que expressam as contradições estruturais do capitalismo. Esgotada a expansão do colonialismo em territórios livres e estabelecido o monopólio, o gigantesco desenvolvimento das forças produtivas sob a forma imperialista do capital tornou-se incompatível com a divisão existente dos territórios e colocou as potências em posição de guerra. Os monopólios, associados em trustes e cartéis, disputam a penetração em toda parte e o controle de países e regiões. O capital financeiro atua por cima das fronteiras nacionais e impõe as mais variadas formas de subordinação e de anexação. O controle das fontes de matérias-primas se fez estratégico. Os monopólios disputam palma a palma a garantia de seu fornecimento e de sua exploração. A livre concorrência foi substituída pelos monopólios. A subordinação dos países de economia atrasada – e mesmo a dos mais débeis de economia desenvolvida – e de regiões inteiras por um restrito número de países faz parte da concorrência monopolista e do intervencionismo dos Estados imperialistas no mercado mundial. Os monopólios determinam os preços das manufaturas, das ma-

térias-primas, dos produtos agrários, promovem o saque e garantem a superlucratividade. O domínio econômico pelas potências sobre a esmagadora maioria de países semicoloniais vem acompanhado do domínio militar. Os interesses do capital financeiro são mantidos pela constante vigilância, pelas ameaças e pela intervenção das armas. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como com as fronteiras nacionais, faz com que o capitalismo da fase imperialista se mantenha em constante estado de guerra.

4. O capitalismo imperialista, por ser a fase mais elevada e última, é de transição para a socialização dos meios de produção e libertação das forças produtivas sociais da sua condição de capital. A concentração crescente e constante dos ramos fundamentais da produção e distribuição, em nível mundial, e a necessidade cada vez maior do Estado assumir as funções da classe capitalista, formam a base material e histórica da decomposição do modo de produção capitalista e para a sua transformação em modo de produção comunista. A produção social atingiu tal desenvolvimento que já não cabe no regime de exploração do trabalho e apropriação privada das riquezas. A própria classe capitalista está obrigada a tratá-la, dentro de certos limites, como sociais na forma de trustes, sociedades anônimas e de estatizações. A necessidade crescente do Estado burguês de assumir as funções de proprietário, de “capitalista coletivo”, em razão das contradições e dos seus efeitos gerais na forma de crises de superprodução, mais amadurece as condições históricas da transição para o socialismo, que não virá por uma evolução natural, gradual e pacífica, mas pela encarniçada luta de classes e pelas consequentes revoluções proletárias. O capitalismo monopolista internacionalizado agiganta as contradições entre a produção social e a apropriação privada. As revoluções que começam em determinados países abrem caminho para as transformações mundiais, que harmonizem as forças produtivas sociais com a forma social dos meios de produção.
5. A fase superior do capitalismo se converteu em época de guerras, revoluções e contrarrevoluções. As guerras imperialistas refletem a decomposição do capitalismo – a necessidade de destruição de forças produtivas e a disputa entre as potências pela redivisão do mundo. As guerras de 1914 e de 1939, que resultaram em devastação e milhões de mortos, demonstraram que o imperialismo só tem a oferecer barbárie às massas e aos povos. Mas também apresentaram o

capitalismo monopolista como prelúdio das revoluções socialistas. A guerra de 1914/18 e a Revolução Russa de 1917 foram dois grandes acontecimentos mundiais antagônicos que marcaram o percurso da humanidade – barbárie ou socialismo. Abriu-se um período de crise revolucionária mundial. O proletariado emergiu como uma potência internacional, concentrado nas grandes corporações industriais e em todos os ramos fundamentais da economia, ainda que em cada país com desenvolvimento desigual. A implantação do Partido Bolchevique no proletariado, armado do programa da revolução social, permitiu a primeira vitória contra a burguesia imperialista. A tomada do poder pelo proletariado rompeu um elo da cadeia capitalista e deu início a um amplo processo revolucionário mundial. Inúmeras foram as revoluções vitoriosas que se seguiram. As derrotas para a contrarrevolução e os retrocessos de conquistas socialistas não eliminam a constatação dos marxistas de que o imperialismo é o prólogo da revolução socialista e que o mundo capitalista está imerso em uma crise revolucionária, que, por mais longa, tortuosa e penosa que seja, acabará desembocando na revolução proletária.

6. A vitória do imperialismo norte-americano e de seus aliados europeus na 2ª Guerra Mundial, a nova partilha do mundo, o gigantesco movimento de capitais para reconstruir as forças produtivas maciçamente destruídas, a relativa estabilização que se seguiu à Guerra da Coreia e a centralização do comando mundial nas mãos dos Estados Unidos implicaram um realinhamento de forças mundial. A “paz” imperialista permitiu uma nova ofensiva contra o movimento revolucionário do proletariado. Uma das consequências mais nefastas foi a da unificação das forças imperialistas em torno da estratégia de cercar economicamente a União Soviética e alimentar a política do nacionalismo estalinista e do divisionismo do campo socialista. As burocracias nacional-socialistas da União Soviética, do Leste Europeu e da China se colocaram em posições antagônicas e passaram a seguir as ações do imperialismo. Sob o programa do “socialismo em um só país” concebido pelo estalinismo, os Estados Operários burocratizados abriram caminho para as pressões restauracionistas orquestradas pela burguesia mundial. A derrocada das conquistas revolucionárias do proletariado somente poderia ocorrer sob a vitória do imperialismo contra o movimento revolucionário mundial. A ascensão do nazifascismo foi o ponto de partida dessa vitória na Espanha, Itália e Alemanha e

concluído pelas forças da “democracia” imperialista que venceram a guerra. A política de colaboração estalinista com esta ou aquela fração do imperialismo, contrária ao internacionalismo marxista, foi decisiva para que o triunfo do imperialismo “democrático” se transformasse em instrumento para impulsionar o divisionismo do campo socialista e potencializar as forças internas restauracionistas.

7. A desintegração da União Soviética por obra da burocracia restauracionista, sem que o imperialismo precisasse se valer da guerra, foi fundamental para o capitalismo se fortalecer e impor um retrocesso de proporções históricas aos avanços do movimento socialista. As vitórias dos explorados na China, Cuba e Vietnã se deram em uma situação de consolidação do socialismo nacional do governo de Josef Stálin. Não puderam constituir uma direção internacionalista que resistisse às pressões do imperialismo e da reação restauracionista existente no seio do Estado Soviético. A revolução proletária não apenas rompe um dos elos do capitalismo mundial, mas também abre a perspectiva da revolução em outros países. Não há como manter o elo rompido sem que se avance a revolução internacional, centralizada e organizada pelo Partido Mundial da Revolução, como o foi a III Internacional antes de sua liquidação pelo estalinismo. Em vários pontos da cadeia capitalista, os elos foram rompidos, o que comprovou a caracterização marxista-leninista-trotskista de que a época do imperialismo é de crises revolucionárias, guerras, revoluções e contrarrevoluções. O processo de restauração a partir da União Soviética emergiu como um fenômeno novo do confronto entre revolução e contrarrevolução. A revisão estalinista do internacionalismo marxista, a desfiguração do Partido Comunista Russo, a degeneração da ditadura do proletariado em ditadura burocrática e a política do socialismo nacional na condução do Estado Operário armaram a contrarrevolução no seio da revolução. O “Termidor” estalinista serviu à reação capitalista, interna e externa.
8. A derrota da Oposição de Esquerda Russa impossibilitou concretizar o programa da revolução política. A derrubada da burocracia termidoriana se colocou como condição para enfrentar os obstáculos internos à transição da União Soviética para o socialismo, para responder ao isolamento e para combater a ofensiva imperialista. Sem o restabelecimento da democracia operária e sem a recuperação do Partido Bolchevique, a burocracia se consolidou como canal das pressões

burguesas e pequeno-burguesas e como instrumento da restauração. Passadas as ilusões do pós-guerra de que a União Soviética havia se agigantado perante o imperialismo e que as teses do estalinismo teriam se mostrado corretas, a “Guerra Fria” liderada pelos Estados Unidos estabeleceu o cerco econômico-militar de aço. Acentuaram-se as divisões entre as frações da burocracia nacional estalinista. Os Partidos Comunistas em todo o mundo estavam irremediavelmente minados pela política de colaboração de classes (frentes populares, apoio a governos burgueses, contenção de greves, etc.) e responsabilizados por inúmeras derrotas da classe operária. Com todo o avanço econômico-social que a propriedade socialista possibilitou, a União Soviética permaneceu com suas forças produtivas atrasadas. A imensa superioridade do imperialismo, que recuperou sua centralização mundial, possibilitou uma ação voltada a desintegrar a burocracia, que não podia responder com os métodos do proletariado. Ao contrário, a burocracia reacionária procurou conter o desmoronamento com os métodos militares do capitalismo. Essa via aprofundou a crise da ditadura burocrática. O imperialismo não precisou de invasões externas para desintegrar a União Soviética e arrastar os demais países do chamado campo socialista para o processo de restauração. Bastou o predomínio das forças produtivas capitalistas e do mercado mundial – resguardado por uma poderosa máquina de guerra -, para sufocar as economias que se encontravam em processo de transição do capitalismo para o socialismo. As bancarrotas dos anos 90 abriram as comportas para a destruição das conquistas do proletariado no século XX. A crise de direção revolucionária chegou ao seu mais alto ponto. O estalinismo – com suas variantes do socialismo nacional, titoísmo, maoísmo, castrismo – se decompôs em frações ligadas ao capital imperialista. As massas que ganharam as ruas, mas que não estavam sob a direção marxista, serviram às pressões imperialistas de reformas pró-capitalistas. A IV Internacional não teve como superar as limitações históricas, não se transformou no Partido Mundial da Revolução Socialista e foi pulverizada. A luta de morte contra a restauração por meio da revolução política e em defesa das conquistas da Revolução Proletária é parte do combate pela recuperação das forças do proletariado mundial, que começa pelo trabalho político-organizativo no seio dos explorados em cada país e pelas respostas à luta de classes internacional.



Fundamentos Históricos do Programa

III. Época de guerras, revoluções e contrarrevoluções

Programa e Fundamentos Históricos

III. Época de guerras, revoluções e contrarrevoluções

1. A ruptura no seio das ditaduras burocráticas e o processo de restauração aberto nos anos 80 e 90 expressaram as tendências da crise estrutural do capitalismo e de ofensiva do imperialismo em todo o mundo. A quebra da transição histórica, o desmonte das economias estatizadas e as suas reintegrações no mercado mundial sob a égide das potências se mostraram fundamentais para a burguesia imperialista enfrentar a gigantesca crise de superprodução, que vem se potenciando desde os anos 70. A repartição promovida pela 2ª Guerra Mundial se esgotou, o capital financeiro parasitário se reconcentrou em níveis incomparáveis em poder da oligarquia internacional e as disputas entre os monopólios se colocaram em pontos de choques interimperialistas. A destruição das transformações revolucionárias transitórias – propriedade social, monopólio do comércio exterior, planificação econômica centralizada, eliminação da miséria, etc. – ocorre na situação em que a anarquia da produção social ganha proporções inauditas. A expansão do mercado ficou muito aquém da capacidade de produção e esta, muito aquém da hiper-acumulação de capital financeiro. As potências não conseguem conter o seu declínio de tão potentes que se tornaram as forças produtivas em seu poder e de tão sobrecarregadas de parasitismo. As tendências à decomposição tornam os monopólios mais ofensivos e violentos na disputa de mercado, de força de trabalho barata, de fontes de maté-

rias primas e de negócios financeiros. Por mais que os governos que detêm o poder de decisão mundial procurem estabelecer acordos e tomar medidas para amenizar os conflitos entre si e administrar a guerra comercial, a crise estrutural lhes coloca limites, rebaixa a sua eficácia e acaba por anulá-los. As contradições estruturais entre o modo de produção e o modo de troca e entre as forças produtivas e as relações de produção na fase do capitalismo imperialista tomaram a forma universal. A reincorporação dos países que iniciaram as transformações socialistas ao mercado por força do capital financeiro e da reorganização de sua produção sobre a base dos monopólios possibilitou retardar a marcha da crise de superprodução e auxiliou as potências em suas negociações em torno da divisão do mundo. A penetração das multinacionais na China correspondeu à voraz ofensiva do capital imperialista. A sua elevação de grande exportador de manufaturas e importador de matéria prima ampliou e fortaleceu os laços com as potências em declínio. As mudanças na Ásia a colocam como região de violentos choques interimperialistas. O processo de restauração impulsionado desde os anos 90 assinala uma nova etapa da crise mundial do pós-guerra.

2. A derrocada da União Soviética teve profundos reflexos não somente sobre o Leste Europeu, China e Cuba, mas também sobre as semicolônias, que passaram a ser mais suscetíveis ao intervencionismo militar do imperialismo. A Rússia perdeu relevância militar, embora conserve os arsenais nucleares. O caminho para a livre movimentação das forças de intervenção dos Estados Unidos e aliados se escancarou. Os países africanos que travaram a guerra pela independência e se aproximaram da burocracia estalinista acabaram se sujeitando ao imperialismo. A nova divisão do Oriente Médio e criação do Estado de Israel deram ampla margem de influência para os Estados Unidos, que se fortaleceram com o enfraquecimento da Rússia na região. O imperialismo impôs sua política de “guerra fria” às burocracias apodrecidas. Os movimentos nacionalistas em várias partes do mundo se mostraram impotentes para barrar a ofensiva do capital financeiro e dos monopólios industriais e comerciais. Mas expressaram uma característica da época imperialista – a revolta das nações e povos oprimidos pela independência e autodeterminação nacionais. As tendências bélicas do capitalismo monopolista se manifestam no amplo intervencionismo no Oriente Médio e África. Avançam na

Ásia. E despontam na América Latina. Depois da Guerra do Vietnã (1961/1973), a Guerra do Golfo (1991), a Guerra de Ocupação do Afeganistão (2002) e do Iraque (2003) correspondem à ampliação das tendências bélicas do imperialismo. A intervenção nos levantes no norte da África e no Oriente Médio são suas extensões. O imperialismo não admite que se estabeleçam regimes nacionalistas, que lhe arranquem de seu poder as fontes de matérias primas, particularmente o petróleo. Quaisquer que sejam as tentativas de soberania nacional – o que implica contrapor a nação oprimida à nação opressora –, resultam em cerco econômico-militar. O capitalismo em decomposição impõe maior submissão dos países semicoloniais e recrudescimento da opressão nacional. A vitória do imperialismo sobre as revoluções proletárias por meio das burocracias restauracionistas tem sido fundamental para as potências sufocarem os levantes das nações e povos oprimidos. Mas as imposições das potências não fazem senão ampliar o abismo entre a esmagadora maioria dos países semicoloniais e a minoria dos países imperialistas. O que projeta as tarefas democráticas nos países semicoloniais, potencia a luta anti-imperialista e amadurece as condições para a revolução proletária.

3. Na América Latina, a Revolução Cubana (1959) abriu uma fissura na ordem capitalista semicolonial e no domínio dos Estados Unidos sobre o Continente. Mesmo sendo um país ilhado e marcadamente agrário, mostrou como a revolução democrática se transforma em socialista. O capitalismo mundial amadureceu as condições para que as revoluções nos países de economia atrasada comecem motivadas pelas tarefas democráticas e anti-imperialistas e se transformem em socialistas. Caso o movimento democrático liderado por Fidel Castro não concluísse expropriando os latifundiários, os capitalistas urbanos e os saqueadores estrangeiros, teria se decomposto, caído e sido substituído por um regime mais ou menos democrático da ditadura de classe da burguesia. É o que mostraram todos os demais levantes democrático-nacionalistas que se manifestaram, com maior ou menor profundidade, na América Latina. A influência do processo revolucionário do século XX em Cuba foi decisiva, mas ocorreu sob o domínio da burocracia estalinista. De um lado, o cerco imperialista; de outro, as pressões do nacional-estalinismo. A direção pequeno-burguesa revolucionária se lançou ao aventureirismo guerri-

lheiro (foquista) como se fosse a via para estender a revolução. Com o fracasso, o castrismo concluiu submetido às condições impostas pelo estalinismo. A ditadura revolucionária materializada pelo governo pequeno-burguês radical se burocratizou, mesmo assim sustentou as conquistas da revolução, mas não suportou as pressões do imperialismo e teve de seguir o curso dos retrocessos, ainda que a restauração cubana apareça tardia e mais lentamente. A luta pela superação do profundo atraso das forças produtivas sociais, que implicava a industrialização, passou a depender do manejo da burocracia soviética, da aproximação com governos burgueses e não mais do desenvolvimento da revolução latino-americana. A crise de direção mundial do proletariado compareceu dramaticamente também perante a Revolução Cubana. Não houve como dar expressão programática e organizativa ao potencial revolucionário do proletariado e dos camponeses latino-americanos, que assim não tiveram como se emancipar do nacionalismo burguês. Sem a revolução política que substitua a ditadura burocrática dos Castros e sem que a América Latina se veja tomada por movimentos revolucionários, o imperialismo acabará impondo completamente suas condições para a restauração em curso. A responsabilidade do revisionismo, que rompeu o trabalho de construção da IV Internacional, perante a restauração é de ordem histórica. O fundamental de sua traição ao marxismo se sintetiza na negação prática da teoria da revolução permanente e da luta estratégica do proletariado sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. A edificação dos partidos marxistas-leninistas-trotskistas no Continente, concentrados na tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, no seio das massas era e é a condição para derrotar a ofensiva capitalista contra a Revolução Cubana.

4. O Continente latino-americano forma uma unidade histórica de países de economia atrasada, determinada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado e pela condição semicolonial, semi-independente. O pré-capitalismo que caracterizou o desenvolvimento colonial, com as suas diversidades, persiste em certa medida e se entrelaça com as formas capitalistas mais avançadas. As diferenças de desenvolvimento capitalista e de maior ou menor persistência de formações econômicas pré-capitalistas entre os inúmeros países não lhes tiram o caráter geral capitalista, de economia combinada, inte-

grados à economia mundial na condição de países semicoloniais. São visíveis os distintos graus de desenvolvimento no interior da unidade econômica latino-americana. Brasil, México e Argentina se destacam pela ampla penetração do capital imperialista, que lhes impulsionou uma relativa industrialização – elevada, se comparada com as demais nações. Há uma escala de atraso que expressa o maior ou menor desenvolvimento das forças produtivas e que indica a maior ou menor presença de relações pré-capitalistas. Essa conformação determina as particularidades das classes sociais e de seus antagonismos. A heterogeneidade entre os Estados nacionais na unidade continental é utilizada pelo imperialismo para sustentar a opressão geral e sobre cada um dos países. As fronteiras estabelecidas desde a colonização encarceram as forças produtivas capitalistas continentais, submetidas ao capital financeiro. Em lugar de se realizar a aspiração burguesa revolucionária de criar um Grande Estado Nacional, colocado na Guerra da Independência, as oligarquias levantaram fronteiras nacionais. A burguesia latino-americana que nasceu do ventre do colonialismo e do pré-capitalismo não podia agir com completa independência diante das potências. O desenvolvimento de cada país não permitiu a integração, ao contrário, acentuou os antagonismos. O capital financeiro e as multinacionais se valem da fragmentação para jogar um país contra outro, para alinhar blocos de contenção às tentativas nacionalistas de integração e para disciplinar os interesses particulares das frações burguesas aos ditames dos monopólios. Todos os ramos fundamentais da produção continental, que são o carro-chefe das forças produtivas, estão sob o controle do capital externo. O que demonstra que os Estados Nacionais encarceram entre si as forças produtivas e limitam seus mercados internos, enquanto o capital financeiro e as multinacionais desconhecem as separações e atuam por cima das fronteiras. É nesta unidade contraditória que a revolução começará em um país, imediatamente se chocará com as fronteiras e com toda reação imperialista e terá de avançar. Cuba, apesar de toda sua excepcionalidade, é a prova viva de que a revolução que começa impulsionada pelas tarefas democráticas se transforma em socialista e se projeta para o continente.

5. A IV Internacional em suas teses sobre o Continente estabeleceu a estratégia proletária de libertação dos países semicoloniais da opressão imperialista por meio dos Estados Unidos Socialistas do Centro

e do Sul da América. A tarefa de unir os países latino-americanos para enfrentar o poder dos Estados Unidos da América condiciona o caráter da revolução, que começará por um dos países. A experiência da Revolução Cubana, pela negativa, confirma a sua importância vital para o combate anti-imperialista e anticapitalista das massas. O objetivo histórico de unir povos sob um Estado Socialista foi colocado na prática pela Revolução Russa. Originariamente, portanto antes da estalinização, deu-se um passo para acabar com a opressão nacional no império russo e garantir a autodeterminação dos povos oprimidos. A União de Estados Soviéticos potenciou a resistência anti-imperialista e abriu caminho para o desenvolvimento harmônico das inúmeras nacionalidades. O processo de restauração minou os laços de integração socialista. A destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas expressou o violento recuo da revolução na Europa e no mundo. E, particularmente, na ex-União Soviética, que deu lugar à Federação Russa e à Comunidade dos Estados Independentes, manejadas no sentido de reconstituir a burguesia. A desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi imprescindível para acomodar as forças restauracionistas e permeabilizar a região à penetração do imperialismo. As disputas pelos recursos naturais têm levado a conflitos armados. Retomaram em novas condições as relações de opressão nacional que haviam começado a se extinguir sob o Estado Operário. Sobre a base da experiência federativa de unificação de povos e nacionalidades e da aplicação do direito da autodeterminação edificada pela revolução proletária, a III Internacional levantou a bandeira de República Federativa dos Sovietes da Europa, como única via para o Continente não se submeter aos Estados Unidos e para se reconstruir no pós-guerra sem se manter o domínio de uma nação sobre outras. A derrota da revolução na Alemanha foi decisiva para que a luta da III Internacional, em 1923, não potencializasse a estratégia de Estados Unidos Socialistas da Europa. A muralha capitalista que se levantou contra o avanço da revolução socialista no Continente sufocou o desenvolvimento da União das Repúblicas Soviéticas e tornou longínqua a estratégia da unificação da Europa sob uma federação de Repúblicas Socialistas. O esgotamento do capitalismo e a sua crise estrutural, porém, põem por terra as iniciativas da oligarquia financeira de criar uma Europa unida, próspera, pacífica e calcada na colaboração de classes. A

crise de direção que está por ser resolvida não tem permitido que os trabalhadores em luta se coloquem sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Mas objetivamente esta emerge como solução revolucionária para a desintegração da Europa imperialista. A estratégia proletária para a revolução latino-americana deita suas raízes nos fundamentos marxistas que levaram à formação da União das Repúblicas Soviéticas e na luta da Internacional Comunista pelo avanço da revolução no velho Continente, guiada pelos objetivos da conquista de uma Federação Socialista da Europa.

6. A revolução social nos países de economia atrasada virá pela rebelião da maioria oprimida, sob a direção do proletariado, contra o imperialismo saqueador. A época das revoluções burguesas definitivamente passou. Por mais atrasado social e economicamente que esteja o País, está amadurecido pelas condições mundiais do capitalismo para a revolução proletária. No entanto, está obrigado a resolver tarefas democráticas, há muito resolvidas pelos países avançados. Quanto mais atrasado, mais visíveis são as pendências democráticas e maior é o seu peso. Na América Latina, a revolução se depara com a revolução agrária, unidade nacional, autodeterminação dos povos indígenas e independência nacional. A conquista da unidade latino-americana expressa a importância histórica da resolução das tarefas democráticas. As forças produtivas estão limitadas pela conservação de tais obstáculos. Não há como remover essas travas no âmbito das relações capitalistas de produção. O capitalismo monopolista as reproduzirá e as alimentará indefinidamente, agravando suas contradições. A manutenção das tarefas democráticas agrárias e de independência nacional aprofunda as distâncias entre as nações oprimidas e as opressoras. O que as mantém em oposição e em constantes choques. É o que explica o percurso do nacionalismo burguês na América Latina, seus inúmeros fracassos, a virtual possibilidade de novas manifestações e a inviabilidade de seu triunfo. Verifica-se a tendência das frações das burguesias latino-americanas de se submeterem cada vez mais à burguesia imperialista, mas não se fundirem completamente. O nacionalismo burguês se apoia justamente sobre as tarefas democráticas e chega a tomar medidas limitadas, progressivas, para arrastar a classe operária, os camponeses e a classe média urbana. Mas a burguesia ou a pequena-burguesia que o encarna não pode ir até o fim nas transformações. São exemplares as tentativas

de reforma agrária e de controle das fontes de matérias-primas que não foram adiante e retrocederam. Nenhuma dessas classes pode romper com o imperialismo, expropriando-o de conjunto. Somente o proletariado, soldado à maioria oprimida, pode encarnar as transformações democráticas. A revolução democrática passou para as suas mãos. O problema fundamental reside em a classe operária se organizar em seu partido marxista-leninista-trotskyista e reunir atrás de sua política a maioria da população para lutar pelo poder. A revolução democrática triunfará com a derrubada da burguesia e com a constituição da ditadura do proletariado, que, pela estrutura das classes sociais, se expressará por meio do governo operário e camponês. A revolução democrática sob a ditadura do proletariado avançará a expropriação geral da classe capitalista, transformando-a em socialista.

7. A tática que corresponde à luta pela independência nacional é a da Frente Única Anti-imperialista, segundo a formulação dos Quarto Primeiros Congressos da III Internacional. O proletariado é minoritário nos países semicoloniais, mesmo nos mais industrializados, como o Brasil. Está obrigado, no desenvolvimento da luta de classes, a conquistar a maioria oprimida para vencer o imperialismo. O nacional-reformismo burguês se ergue como um poderoso obstáculo para a classe operária exercer a independência política e ganhar posição de dirigente da maioria. Os partidos nacional-reformistas – mais ou menos radicais – canalizam a revolta dos explorados e os impedem de combater por seu programa. O nacional-reformismo, invariavelmente, se mostra impotente diante do imperialismo e capitula. As massas subordinadas ao nacionalismo não têm como se contrapor à reação e arcam com a violência contrarrevolucionária da burguesia. Inúmeros são os exemplos de golpes militares fascitizantes, na América Latina, que se seguiram ao fracasso do nacionalismo burguês. O nacional-reformismo para se impor perante o proletariado está obrigado a reunir a maioria explorada atrás de sua política de conciliação de classes. A luta de classes é incompatível com qualquer uma das variantes do nacionalismo. A tática utilizada pela fração nacional-reformista é a da arregimentação por meio do caudilhismo, do bonapartismo, da aliança cívico-militar e do frente-populismo.
8. A experiência chilena é de inestimável valor de 1970 a 1973, por se tratar de uma variante do nacional-reformismo, que arregimentou as

massas sob a tática de passagem pacífica do capitalismo para o socialismo. A Frente Popular de sustentação do governo Salvador Allende, que reuniu partidos burgueses, pequeno-burgueses e partidos de esquerda, se comprovou oposta à tática marxista da Frente Única Anti-imperialista. O proletariado chileno radicalizado nos cordões industriais, mas preso à Frente Popular, não pôde lutar sob a estratégia própria e com a tática revolucionária. Arcou com peso da mão de ferro do golpe pinochetista. O balanço da experiência da Unidade Popular (UP) é que um governo nacional-reformista acaba abrindo caminho para a volta da direita burguesa ao poder. Igualmente inestimável é a experiência boliviana de constituição da Assembleia Popular – uma criação das massas, que ganhou projeção de um órgão de poder revolucionário. A presença do Partido Operário Revolucionário (POR) foi decisiva na luta por sua independência política e por desenvolver-se como um organismo de duplo poder (soviète). O golpe fascista de Hugo Bánzer derrubou o governo nacionalista de Juan José Torres, para impedir que o proletariado dirigido pelo POR amadurecesse as condições para conquistar o poder. Ao contrário da Frente Popular chilena, a Assembleia Popular boliviana indica o caminho pelo qual as massas se organizarão para derrotar a burguesia e tomar em suas mãos as tarefas democráticas e socialistas. A tática de Frente Única Anti-imperialista apropriada para os países semicoloniais se mostrou condizente com a estratégia do proletariado de emancipar a maioria oprimida da política burguesa e impulsionar a luta anticapitalista.

9. A Frente Única Anti-imperialista é constitutiva do programa da revolução proletária nos países semicoloniais. Mas é tão-somente uma variante da tática revolucionária, que consiste em unir o proletariado para ações coletivas com o objetivo de derrubar a burguesia, estabelecer a ditadura do proletariado e desenvolver a luta internacional pela completa supressão das classes sociais, edificando o socialismo e avançando para a sociedade comunista. No capitalismo em decomposição, as reivindicações elementares de defesa da vida das massas se deparam com a dura resistência da classe capitalista e dos governantes. Os explorados têm de se lançar constantemente em ações para se defenderem dos ataques dos exploradores. Por mais básica que seja a exigência dos movimentos, choca-se com a parafernália jurídica e policial do Estado. O método que permite avançar o com-

bate à exploração consiste em partir das reivindicações mais sentidas pelos explorados e dirigi-las contra o poder da burguesia. As necessidades mais prementes impulsionam a luta de classe e levam os trabalhadores a se unirem. O trabalho da vanguarda no seio do movimento operário permite estabelecer a ponte entre as necessidades vitais da maioria e a luta pelo poder. As lutas parciais possibilitam chamar a atenção do conjunto dos explorados. A tática revolucionária é a que, por meio da ação direta, potencia as lutas parciais, as aprofunda, rompe seu isolamento e as generaliza. Por meio dela, torna-se possível levantar reivindicações e tarefas mais avançadas e gerais do Programa de Transição. A utilização das eleições e do parlamento é necessária nas condições de ilusões democráticas e de arregimentação dos oprimidos pelos partidos da burguesia. Mas está subordinada ao método da ação direta e à tática de desmascaramento da democracia burguesa. Mantém a vigência dos fundamentos da tática revolucionária da III Internacional Comunista: “A natureza revolucionária de nossa época consiste precisamente em que as condições de existência mais imediatas das massas operárias são incompatíveis com a existência da sociedade capitalista e que por essa razão a própria luta pelas reivindicações mais modestas adquire as proporções de uma luta pelo comunismo.”



Fundamentos Históricos do Programa

IV. O caráter semicolonial do Brasil

Programa e Fundamentos Históricos

IV. O caráter semicolonial do Brasil

1. O Brasil é um país capitalista de economia atrasada e semicolonial. Suas forças produtivas e sua estrutura social estão longe de corresponder ao capitalismo avançado. Comparado com os demais países da América do Sul e Central, excetuando a Argentina, alcançou graus mais elevados em seu desenvolvimento. É o que se verifica no seu estágio industrial, redução do peso das relações pré-capitalistas, organização do capital financeiro, volume do PIB, elevação da renda per capita e incorporação no mercado mundial. Não por acaso, vem crescendo cada vez mais sua influência na América do Sul. Essa posição destacada, inclusive, levou a que se o qualificasse incorreta e confusamente de país subimperialista. Não obstante, todas as diferenciações no grau de avanço das forças produtivas capitalistas não o colocam entre as nações imperialistas, mesmo que em escala menor de capacidade de oprimir outras nações. O fato de servir ao capital financeiro no âmbito da América Latina não o torna um opressor imperialista. Precisamente, serve de instrumento da opressão imperialista na região. A própria burguesia brasileira, por meio de seu governo e agentes ideológicos, alimenta a confusão de que o Brasil já não é atrasado porque alcançou maior escala industrial, constituiu algumas empresas multinacionais e exerce a soberania. É do interesse das potências essa qualificação, por meio da qual exige do País maior alinhamento ao ordenamento mundial e maior “responsabilidade” na execução do objetivo de disciplinamento das débeis Repúblicas latino-americanas. Uma maior capacidade de de-

cisão sobre questões de Estado também não o torna um país independente. A tese do Brasil como país de desenvolvimento médio e capaz de exercer a opressão imperialista regionalmente se assenta na caracterização de que alcançou independência para agir à margem das potências e em defesa de interesses estritos da burguesia nacional. Essa tipificação obscurece a real condição de capitalismo atrasado e semicolonial. Não se trata, certamente, de desconhecer as particularidades de sua escala de evolução e de seu lugar no continente latino-americano. A caracterização precisa do País implica as definições programáticas. A tentativa de esquerda de separar o Brasil dos demais países latino-americanos de economia atrasada, como Paraguai, Uruguai, Bolívia, Peru, etc., leva à conclusão de que a natureza das transformações, as tarefas e as classes que as protagonizam são distintas, não havendo uma base comum. A estrutura capitalista alcançada pelo Brasil, que o distanciou da maioria dos países latino-americanos, tão somente expressa a lei do desenvolvimento desigual e combinado. O entrelaçamento entre variados graus de evolução que conformam o capitalismo mundial, demonstrado pelo marxismo-leninismo-trotskismo, mantém sua vigência e se manifesta com toda clareza na América Latina. O Brasil com todo seu robusto capitalismo faz parte das cadeias do atraso semicolonial continental. Tanto as condiciona como por elas é condicionado. Por seu lugar de capitalismo atrasado industrial, constitui um elo poderoso nesta cadeia, juntamente com Argentina e México. A revolução proletária no Brasil se levantará como um portentoso movimento de ruptura com o imperialismo e abalará profundamente os alicerces do capitalismo na América Latina.

2. O capitalismo atrasado conserva relações de produção pré-capitalistas, herança de sua formação colonial. O modo de produção implantado de fora pela expansão do capitalismo comercial no século XVI sufocou a forma comunal indígena existente, incorporou-a, liquidou a resistência índia, impôs a servidão e principiou a acumulação primitiva por meio do saque. O sistema de produção escravista que se ergueu sobre o martírio da mão-de-obra negra mercantilizada da África configurou o sistema econômico geral de forma pré-capitalista. O seu desenvolvimento desde o início esteve inteiramente na dependência do mercado mundial. Passou a ocupar o lugar de exportador de matérias-primas e de produtos agrícolas. A exploração

colonial, baseada nas exportações agrícolas e minerais e importação de manufaturados, permitiu uma lenta e gradativa acumulação primitiva de capital na colônia. Durante séculos, as forças produtivas internas avançaram lentamente, sob o comando da metrópole portuguesa, servindo ao saque colonialista. O gigantesco impulso do capitalismo europeu no século XIX se refletiu poderosamente no Brasil, principalmente em sua segunda metade. As formas pré-capitalistas de produção, a estrutura social correspondente e a forma do monopólio colonial entraram em contradição com os saltos nas forças produtivas mundiais e se tornaram uma camisa de força interna ao seu progresso. As travas foram se rompendo. A independência formal, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, a abolição do regime semifeudal da terra, a constituição do Estado republicano, a definição do federalismo e o incentivo à unidade nacional por meio da organização do mercado interno foram mudanças que percorreram quase todo um século. Distintamente das colônias espanholas que, por meio das guerras de independência, constituíram as Repúblicas, o Brasil passou por uma transição negociada. As tentativas de pôr em marcha um movimento revolucionário de inspiração liberal foram contidas em seu nascedouro com brutal violência, como a Inconfidência Mineira (1789) de caráter republicano conservador e a Conjuração Baiana (Revolta dos Alfaiates, 1798), que tinha em seu programa não apenas a República, mas com ela o fim da escravidão. Não estavam maduras as condições econômico-sociais para uma revolução democrático-burguesa, aspirada pela pequena-burguesia, que conquistasse a autodeterminação nacional. A oligarquia latifundiária que se formava como classe burguesa procurou a via da transição sem a guerra de independência. A formação do Estado nacional por meio da monarquia, que durou de 1822 a 1889, retardou a transição das formas de produção pré-capitalistas para as capitalistas. As mudanças foram sendo realizadas gradualmente, sob pressões conjugadas da potência inglesa empenhada no liberalismo econômico e da burguesia latifundiária brasileira. A abolição integral da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889 se deram quando o capitalismo estava no final de sua fase pré-monopolista e adentrava à da monopolista, imperialista. As relações de produção pré-capitalistas foram lentamente substituídas por formas capitalistas industriais, sem contudo serem extintas, nem perderem

sua importância, como fator que caracteriza o país de economia atrasada. O Brasil se formou como colônia e se transformou em semicolônia, seguindo a estruturação geral do capitalismo mundial.

3. A implantação da indústria começou tardiamente. A colônia foi proibida de produzir manufaturas. Sua economia essencialmente agrária, concentrada na monocultura de exportação, não podia dinamizar as forças produtivas e projetar a urbanização. Uma das primeiras medidas de caráter capitalista foi dirigida à propriedade da terra. O sistema de sesmarias foi transplantado do regime feudal português para o território selvagem da colônia. Adotado como meio de posse territorial se ajustou gradativamente como base para a criação de unidades de produção, trabalho escravo e povoamento correspondentes à acumulação originária de capital e ao controle metropolitano. Com seu esgotamento, passou a ser substituída pela forma de propriedade capitalista, um meio de produção sujeito à compra e venda. Em 1822, reconhece-se a necessidade de pôr fim ao regime colonial da terra, uma vez que de fato as mudanças já ocorriam. Mas, somente em 1850, a Lei da Terra estabeleceu os parâmetros jurídicos que regulavam o caráter de propriedade capitalista da terra. Em nada alterou a situação dos exploradores das sesmarias e da mão-de-obra escrava, que tão-somente passaram a proprietários capitalistas reconhecidos juridicamente. Mas alterou para os camponeses que ocupavam terras devolutas e praticavam as lavouras de subsistência. Conter o processo de ocupação de terras devolutas por camponeses e controlá-las centralizadamente pelo Estado foi uma das medidas em favor dos grandes proprietários. Os legisladores do império enquadraram as possessões camponesas realizadas à margem das sesmarias, ao mesmo tempo em que reconheceram a estrutura latifundiária dominante como propriedade capitalista. Essa foi a via de desenvolvimento de um regime de produção agrária que combina o latifúndio agroexportador com a pequena propriedade camponesa, movimentada pelo trabalho familiar e voltada ao abastecimento interno. O embrião e uma etapa do desenvolvimento do campesinato se encontram na economia pré-capitalista colonial. Em meados do século XIX, as forças produtivas capitalistas forçavam passagem e rompiam as cadeias coloniais que ainda resistiam. A mão-de-obra imigrante, utilizada pela oligarquia latifundiária, serviu não apenas às relações capitalistas agrárias, como também às

formas de produção pré-capitalistas do campesinato. Trabalhadores livres, ex-escravos, índios e imigrantes vieram a constituir o campesinato como classe nacional de pequenos e médios proprietários. A pequena propriedade e o trabalho familiar rudimentar se formaram entrelaçados e subordinados aos latifúndios. O processo de mudança do sistema pré-capitalista colonial para o sistema capitalista foi conduzido pela oligarquia burguesa sem resultar de uma revolução democrática, que erigisse uma república democrática, que se encarregaria de destruir a estrutura latifundiária e liquidar o escravismo, promover a reforma agrária, impulsionar o campesinato e colocar a industrialização. Não havia as condições sociais para uma transformação tão profunda que derrotasse o poder da oligarquia e abrisse caminho para um novo tipo de desenvolvimento capitalista no campo, com base no campesinato. Uma transformação democrático-burguesa dessa magnitude conduziria um enorme contingente de escravos libertos a terem acesso à terra, juntamente com os trabalhadores agrários livres que se dedicaram ao cultivo de autoconsumo e para o mercado interno. Enfrentaria a questão indígena por meio do direito à autodeterminação. As massas camponesas arrastaram a pobreza, a indigência, o baixo nível cultural e as práticas do trabalho técnico pré-capitalista. Esse processo de organização pré-capitalista e capitalista agrário submetido à divisão internacional do trabalho imposto pela burguesia colonialista resultou em estruturação tardia e rudimentar da indústria brasileira, no final do século XIX.

4. A indústria de transformação de bens de consumo estabeleceu o marco das mudanças capitalistas. Deu curso à produção e distribuição, encarceradas pela exploração da força de trabalho escrava. Mas a sua evolução geral foi lenta. As suas manifestações entre 1850 e 1888 não passaram de um ensaio, o que demonstra o peso do processo fabril artesanal. Via de regra, realizado por meio do trabalhador escravo e livre, reproduzindo as características de transição que ocorriam na agropecuária e na extração de matérias-primas. Do final do século XIX a 1930, a indústria ganhou velocidade no estabelecimento de uma base de produção de bens de consumo, anteriormente em grande medida importados. Esse fenômeno se mostra, nos seus primórdios, contido em determinadas regiões, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. E assim continuará a ser um fator econômico que corresponde ao capitalismo atrasado,

que não supera o desenvolvimento extremamente desigual entre os estados da Federação. O crescimento da indústria no Sudeste e Sul aumentará os desequilíbrios regionais. Poucos estados passaram a abastecer o mercado interno e a ampliá-lo, respondendo ao crescimento populacional e ao impulso da urbanização. Os trinta anos iniciais da implantação da indústria no Brasil ocorreram no período em que o capitalismo mundial entrava e avançava em sua fase monopolista. O raquitismo do capitalismo brasileiro se espelha no esmagador predomínio da economia agropecuária e de extração de matérias-primas. Por muito tempo, o vínculo do Brasil com o mercado internacional se deu quase que exclusivamente pela exportação de produtos desse gênero, importação de manufaturas e de capital financeiro. A dependência da economia brasileira com o capital estrangeiro era grande, particularmente dos ingleses. O estabelecimento de filiais dos grandes bancos estrangeiros (ingleses, franceses e alemães) foi decisivo para sua penetração em todos os setores da economia. O grande avanço da lavoura cafeeira só foi possível com os capitais e os créditos oriundos do sistema financeiro internacional. Assim, a indústria nascente foi a manifestação da conjugação de fatores externos e internos das forças produtivas. Os quatrocentos anos de formação de capital por meio da acumulação originária interna não possibilitaram constituir uma poderosa burguesia nacional que assumisse com recursos próprios a industrialização. Ao contrário, a oligarquia latifundiária agroexportadora manobrou o quanto pôde às pressões do capitalismo internacional no sentido de destravar a economia e criar o mercado interno. Condição essa que exigia solucionar tarefas democráticas no campo, assumir a industrialização como carro chefe das forças produtivas, unir as regiões pelo mercado interno e impor uma condução independente do imperialismo. Não sendo essa a via histórica de saída do pré-capitalismo, o desenvolvimento industrial estava fadado a caminhar condicionado pela penetração do capital imperialista, pelos financiamentos externos e pelo comportamento do mercado mundial. Essa dependência cedo demonstrou a impossibilidade de constituir uma poderosa indústria de bens de capital, dominar a tecnificação, elevar a produtividade em níveis concorrenciais monopolistas, extinguir a exploração extensiva da mão-de-obra e expandir-se por todo o país. Os enormes impulsos da industrialização dados pela intervenção do Estado, a

partir da “Revolução de 1930”, sob a política do nacionalismo burguês, refletiram tais limites. A constituição de grandes empresas estatais de mineração, metalurgia, energia e transporte acabaram não servindo à constituição de um parque industrial nacional de bens duráveis, de produção de máquinas e de alta tecnologia. Mas prepararam as condições econômicas para a invasão das multinacionais norte-americanas, europeias e japonesas. O domínio do país pelo capital financeiro vem desde o Império. Em 1930, momento da aguda crise mundial, o Brasil se achava quebrado e inadimplente diante dos credores externos. Trinta e cinco anos depois, estruturada a indústria de base, Juscelino Kubitschek abriu as comportas para penetração multinacional em grande escala. Sufocou-se a embrionária indústria automotiva e de química. O nacionalismo militar que se desfraldou após o golpe de 1964 estabeleceu a meta de tornar o Brasil uma potência, conjugando o estatismo, o capital privado nacional e o internacional. O carro chefe seria a indústria de bens de capital, consorciada pelo empresariado brasileiro com o externo. As medidas destinadas a forjar uma indústria avançada sob o controle de uma fração da burguesia nacional teve fôlego curto. Deu algum passo enquanto foi do interesse do capital imperialista. A importação de capital financeiro foi de tal monta que o nacionalismo militar terminou de joelhos perante os credores. Os ramos fundamentais da indústria se encontram completamente monopolizados.

5. A desnacionalização atingiu todos os ramos fundamentais da economia. Os esforços do Estado em assumir as atividades que a burguesia nacional não tinha capacidade foram colocados a serviço do capital externo. O pesado endividamento do Tesouro serviu a duplo objetivo: ao parasitismo do capital financeiro e à entrega das empresas estatais. A estratégia do nacionalismo militar de suprir a baixa concentração de capital interno formando um setor estatal poderoso e impulsionando certos grupos nacionais foi concretizada até o ponto em que a capacidade de endividamento se esgotou e a economia mundial permitiu. O fim da ditadura militar se deu com a eclosão da crise econômica que se estenderá por mais de 15 anos. O restabelecimento do “Estado de Direito” criou novas condições para o processo de invasão do capital imperialista, aberto em 1955. A democracia serviu para desmontar o edifício do nacionalismo militar, em função dos credores e das multinacionais. A política de Estado

voltada a potenciar o capitalismo nacional e projetá-lo na economia mundial, especialmente na América Latina, evidenciou, finalmente, a incapacidade da burguesia brasileira de assumir soberanamente a chefia do País. Encerradas as condições econômicas, sociais e políticas que sustentaram as aspirações nacionais burguesas e pequeno-burguesas, o capital imperialista voltou a ditar o curso dos acontecimentos. A experiência do ciclo nacionalista varguista, da ditadura militar e da democracia “neoliberal” confirma plenamente a tese marxista-leninista-trotskista que o desenvolvimento interno dos países semicoloniais, em grande medida, depende das condições de interdependência com a economia internacional. O comando das forças produtivas mundiais está com o capital monopolista. A desnacionalização, portanto, não se atém à entrega das estatais. Os ramos de produção, os setores comerciais e as atividades de serviços que se sobressaem pela lucratividade se sujeitam à corrida do capital. Acaba imperando a lei da concentração monopolista. Não há nenhuma esfera da economia que não esteja sob o controle do capital forâneo. Verifica-se que determinados ramos já monopolizados se incorporam na economia interna sob a proteção do Estado nacional, como foi o caso da indústria automobilística. Mas outros, como o da indústria do açúcar, álcool e etanol que se organizou por impulso do capital interno, assim que ganharam escala, passaram pelo processo de desnacionalização. No setor automotivo, a produção de autopeças chegou a contar com importante participação de empresários brasileiros. Outro fenômeno escandaloso é o da crescente desnacionalização do solo. Grandes extensões do território nacional estão em poder do capital estrangeiro, seja por meio do controle direto, seja por meio de associações. A perspectiva de penetração capitalista no campo com a agroindústria a partir dos anos 70 atraiu o interesse das multinacionais e do capital financeiro internacional. Quando os monopólios não tomam conta de todo um ramo, setor ou atividade, obrigam os burgueses nacionais a se tornarem sócios, muitas vezes minoritários. A estrangeirização do capital comercial, por sua vez, ganhou importante proporção no setor de supermercados. E grande parte das transações de comércio exterior está sob a direção do capital internacional. O gigantesco excedente de capital financeiro em poder da burguesia imperialista e o declínio das economias das potências altamente desenvolvidas levam a grandes deslocamentos dos

monopólios. Intensifica-se a necessidade do imperialismo buscar novas fontes de negócios e recrudescer o saque das semicolônias. O Brasil por suas dimensões continentais, por grandes extensões de terras inexploradas, por suas fontes de matérias-primas, por sua volumosa força de trabalho, por seu mercado interno e por sua base produtiva constitui um elo fundamental para as inversões externas. Tudo indica que crescerá a disputa interimperialista em torno do processo de desnacionalização. A burguesia nacional vem cedendo espaço aos monopólios e se comportando como sócia menor. O proletariado apoiado na maioria nacional oprimida é a classe que pode romper a opressão imperialista. O programa de expropriação do grande capital e de sua estatização corresponde às condições materiais para as transformações históricas. As tarefas democráticas do capitalismo atrasado e semicolonial serão resolvidas pelo método da classe operária de expropriações revolucionárias.

Programa e Fundamentos Históricos



Fundamentos Históricos do Programa

V. A classe operária é a classe revolucionária

Programa e Fundamentos Históricos

V. A classe operária é a classe revolucionária

1. A classe operária despontou como revolucionária assim que a indústria ganhou dinamismo e a exploração do trabalho assalariado se implantou plenamente. Recorreu à organização e manifestação coletivas para enfrentar a miséria, as arbitrariedades e os abusos patronais. No começo do século XX, pôs-se em pé como movimento operário, criou sindicatos, realizou congressos, fundou uma central operária, estabeleceu um programa de reivindicações, recorreu ao método da ação direta e se posicionou diante dos grandes problemas internacionais, como a 1ª Guerra Mundial e a Revolução Russa. A composição do proletariado brasileiro por imigrantes europeus permitiu que este desse saltos em sua cultura e politização. A rápida assimilação das experiências do proletariado europeu, fundamentalmente, do italiano e espanhol, marcado pelo anarco-sindicalismo, mostrou que a nascente classe operária brasileira não era senão uma fração nacional do proletariado mundial. O operariado ainda pequeno e franzino se ergueu perante a burguesia como uma força ameaçadora. Estabeleceu um marco por onde passaria e passará a luta de classes – o confronto entre as duas classes antagônicas do capitalismo. A greve geral de 1917, em São Paulo, projetou a classe operária como instintivamente revolucionária e como força independente, capaz de criar a organização própria de luta coletiva e de unir as massas populares. Evidenciou seu lugar estratégico na produção social. A greve geral de 1917 sintetizou

um programa de reivindicações de defesa dos trabalhadores contra a burguesia, voltada à obtenção do lucro à custa da miserabilidade crescente dos seus assalariados. A constituição da “Comissão de Defesa Proletária” mostrou a capacidade dos explorados de se organizarem na luta de classes e de centralizarem suas forças por meio de uma direção classista. O proletariado se distingue das demais classes que se forjaram no sistema colonial e que não tiveram como romper sua dependência diante da burguesia.

2. Os escravos não puderam impor sua libertação com suas próprias forças. Expressavam relações históricas há muito superadas e que tão-somente serviam à formação econômica pré-capitalista, que iria desaparecer com o avanço das forças capitalistas mundiais. O pequeno contingente das etnias indígenas que sobreviveu passou a vegetar à margem das relações sociais capitalistas. Luta pela terra: única via para se afirmar como nacionalidade. Mas não tem como conquistar a autodeterminação com forças próprias. O campesinato, por sua vez, se constituiu e se desenvolveu gradativamente nas entranhas do sistema escravista. Primeiramente, sem a propriedade da terra, como agregados dependentes do regime das sesmarias e da monocultura; em seguida como posseiros resultantes das ocupações (posseções) e, finalmente, como pequenos e médios proprietários. Tornaram-se milhões com o fim da escravidão, com a imigração e com a expansão do capitalismo. A função original de produzir alimentos e criar animais por meio do trabalho familiar, que caracteriza a agricultura de subsistência tecnicamente primitiva, se preservou, apesar do avanço da exploração capitalista no campo. A pequena-burguesia agrária se subdividiu em pequenos e médios produtores e em camponeses de agricultura familiar pré-capitalista e de agricultura capitalista. O emprego de mão-de-obra assalariada por pequenos e médios proprietários os coloca numa situação de transição ou definitivamente como pequenos capitalistas. A miséria e a pobreza caracterizaram os lavradores, esmagados pelas relações latifundiárias de propriedade. O processo de posseção pelos lavradores e de concentração capitalista da terra se combinam contraditoriamente. Os camponeses, portanto, começaram a sua existência como semi-servos e evoluíram para a condição de pequenos proprietários. Subsistiram, multiplicaram-se e diferenciaram-se de acordo com o avanço das relações capitalistas de produção e de propriedade. O campesinato se conformou

em uma classe pequeno-burguesa oprimida pela burguesia latifundiária, que encarna a concentração de capital. Uma parcela minoritária dos lavradores que teve acesso à terra se tornou capitalista plena e outra se ateve a uma posição intermediária. A pequena propriedade camponesa se estabeleceu como propriedade capitalista, ainda que as relações que nelas imperam sejam pré-capitalistas. O capitalismo de economia atrasada não extinguiu o campesinato pré-capitalista, por mais que a forma capitalista tenha se expandido no campo. É necessário, no entanto, considerar a heterogeneidade do campesinato brasileiro, tanto em uma determinada região quanto entre regiões. Não se pode deixar de distinguir as pequenas e médias produções vinculadas ao mercado daquelas em que prevalece a economia de subsistência. A fração camponesa espoliada, ameaçada constantemente de expulsão de suas glebas e profundamente empobrecida não tem como se transformar em classe de proprietários ricos. Seu destino é servir de instrumento ao capitalismo por meio do trabalho familiar, fornecer mão-de-obra assalariada ou constituir uma massa de sem-terra. Por ser uma classe pequeno-burguesa oprimida, os camponeses expressam as contradições do capitalismo atrasado e de sua formação social intermediária entre a burguesia reacionária e o proletariado revolucionário.

3. A pequena burguesia urbana também percorreu um longo caminho em sua formação. Embora o século XVII seja o marco de sua constituição, somente com a mineração (século XVIII) e com a estruturação de núcleos urbanos é que ganha expressão. Floresceram os pequenos negócios, as administrações e se impulsionaram as atividades liberais. Com a desintegração do sistema colonial no século XIX, a pequena burguesia urbana se expandiu e se diversificou. Constituiu-se um setor liberal, correspondendo ao período de transição das formas de produção pré-capitalistas para as predominantemente capitalistas. Essa camada social ganhou importância política. Passou a expressar as reivindicações democráticas que se contrapunham ao conservadorismo oligárquico. Somente com a industrialização e a formação do proletariado é que a pequena burguesia urbana se definirá como classe intermediária. Nos primeiros trinta anos do século XX, a pequena burguesia manteve-se como força social impulsionadora de reivindicações democráticas, manifestou-se por meio do movimento militarista pequeno burguês. Está aí por que o tenentismo antecedeu o golpe

da Aliança Liberal em 1930. A partir de então, o proletariado se potencializou como o fator determinante da luta de classes. A pequena burguesia estudantil despontará na luta democrática, fundamentalmente a partir dos anos 40. Extremamente heterogênea, a pequena burguesia, sedimentada como moderna classe média urbana, serviu ao golpe militar de 1964. A camada estudantil, distintamente, assumiu posições antiditatoriais. Sua vanguarda, inclusive, foi atraída pela resistência foquista. A ditadura militar não apenas impôs um regime de superexploração ao proletariado como também impôs o empobrecimento a amplos setores da classe média. O fim da ditadura deu lugar ao ascenso da pequena burguesia pela volta da democracia burguesa – o movimento pelas eleições diretas. A destituição do primeiro presidente eleito, Fernando Collor de Mello, se deu sob a tremenda pressão da pequena burguesia que ganhou as ruas. O processo democratizante contou com o apoio da classe média aos partidos burgueses opositores. Importantes setores serviram de base à ascensão eleitoral do PT. A classe média urbana se massificou com o agigantamento dos serviços e da máquina estatal. Também com a proliferação de milhões de pequenos negócios. Constata-se que a pequena burguesia ocupa um lugar contraditório nas lutas sociais e políticas. Tanto serviu à luta democrática quanto à reação antidemocrática. Como classe nunca expressou uma política própria e não poderá expressar. A classe média chega aos nossos dias constituindo um grande e heterogêneo contingente social. O capitalismo a separa em camadas segundo o acesso à distribuição da riqueza nacional criada pelo proletariado. Em sua maioria, é pobre e oprimida. Sua situação varia conforme as condições de desenvolvimento e de crise do capitalismo. Essa maioria está obrigada a recorrer aos métodos da luta de classes. Poderá se colocar sob a direção do proletariado. Há que considerar, no entanto, o peso da parcela minoritária vinculada à propriedade privada dos meios de produção e dedicada aos pequenos negócios que serve à reação. Será neutralizada, caso a maioria pequeno-burguesa assuma a política do proletariado.

4. A resistência dos escravos perante a brutalidade dos senhores de engenho foi o primeiro sinal da luta de classes. As formas de resistência dos negros foram desde os assassinatos de exploradores, suicídios de escravos, constituição de quilombos até as revoltas organizadas, a exemplo dos Malês, na Bahia. O longo enfrentamento de Palma-

res até seu esmagamento sangrento objetivamente respondeu à luta pelo fim da escravidão. Mas a burguesia é quem decidiu a sua extinção. Os indígenas protagonizaram guerras de autodefesa contra os colonizadores e se renderam sob massacres. Os jesuítas se encarregaram da conversão “espiritual”. As centenas de etnias foram se submetendo ao cativo uma a uma. Foram controladas pelas armas e pela catequese. Dizimadas, não tiveram como se levantar como nacionalidades. As lutas indígenas e escravas cimentaram a história do pré-capitalismo e da acumulação originária de capital. Nem sempre os conflitos entre os camponeses espalhados na imensidão do território e os latifundiários durante os séculos de escravismo puderam ser detectados. Mas o massacre de Canudos (1893-1897), pela República, refletiu a situação opressiva suportada pelo homem do campo. A resistência armada dos sertanejos de Canudos, no final do século XIX, representou historicamente a resistência de uma cidadela como foi a de Zumbi dos Palmares. Outro massacre ocorreu no início do século XX. Os camponeses da revolta de Contestado foram esmagados a serviço dos interesses do capital imperialista. O movimento operário ainda no berço experimentou também a ação repressiva do Estado, que passou a prender, banir, assassinar lideranças e atacar as ações coletivas. Com o novo estágio de desenvolvimento capitalista, a luta de classes no campo e nas cidades ganhou significativas proporções e exigiu que a República burguesa se expusesse como a forma mais avançada da ditadura da classe exploradora.

5. O proletariado se mostrou instintivamente revolucionário se unindo em torno de reivindicações imediatas, arremetendo-se coletivamente contra os exploradores, levantando barricadas e procurando armas para contra-atacar. Mas a sua independência política e organizativa não podia ser alcançada sob a direção anarquista. Conquistaram-se os sindicatos classistas, mas limitados a reformas e a defesa cotidiana dos assalariados. O partido operário revolucionário logo se mostrou como a condição para armar os explorados de um programa de transformações socialistas. Os imigrantes que trouxeram as experiências europeias não estavam de posse dos avanços da 1ª Internacional, impulsionados por Marx e Engels, e das lições da Comuna de Paris. O “socialismo” do Partido Socialista, que se tentou erguer desde fins do século XIX, não passou de ecos dos utópicos e do legalismo reformista. Não havia como expressar a contundên-

cia da luta de classes e se transformar em política revolucionária. A artificial oposição entre sindicato e partido criada pelos anarquistas e pelos socialistas legalistas se desfez sob o impacto da Revolução Russa. A embrionária classe operária amadureceu rapidamente para superar a negação do partido pelos anarquistas e para desconhecer o Partido Socialista (PS) reformista e conciliador. Em 1922, fundou-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), contando com importantes lideranças anarquistas. O núcleo original do PCB carecia de formação marxista. Teria de vencer esse obstáculo assimilando o programa, a tática e a teoria revolucionários, formulados por Marx, Engels, Lênin e Trotsky, fundamentalmente. Os anarco-comunistas de 1922 estavam diante da necessidade de apreender o materialismo histórico e dialético, por meio da teoria e das experiências, como as das revoluções burguesas, as da Comuna de Paris, as da Revolução Russa, entre outras. Os revolucionários tinham pela frente a tarefa de caracterizar corretamente o Brasil, conhecer seu desenvolvimento histórico, determinar as classes, distinguir o lugar preciso do proletariado, conceituar a natureza da revolução, suas tarefas e formular a tática geral. No entanto, não tiveram tempo de corrigir as deformações originárias do anarquismo e os erros iniciais de caracterização do país, uma vez que já no V Congresso da Internacional Comunista (1924) a camarilha de Josef Stálin impunha a revisão do marxismo-leninismo e combatia as teses internacionalistas da Oposição de Esquerda Russa, liderada por Trotsky. No IV Congresso (1922) - o último que Lênin e Trotsky dirigiram -, o recém-formado PCB não foi reconhecido como seção por ainda não apresentar um programa marxista, permanecendo na condição de simpatizante. A estalinização do PCB começou praticamente na sua origem. Os erros de caracterização do Brasil como país de capitalismo agrário semifeudal não puderam ser corrigidos. Aprofundaram e solidificaram-se com as teses etapistas da revolução democrático-burguesa e da socialista. O que levou o PCB a oscilar entre o ultraesquerdismo (política do VI Congresso da Internacional estalinista) e o oportunismo (política das Frentes Populares). Ora desconhecendo os conflitos da burguesia nacional com o imperialismo - contradições entre nação oprimida e opressora -, ora se submetendo aos movimentos de uma de suas frações, considerada "progressista". Ora não reconhecendo as expressões políticas da pequena-burguesia no processo revolucionário

rio, ora sendo arrastado por suas movimentações. O PCB, com sua caracterização de agrarismo semifeudal, desviou-se da necessidade de estabelecer o programa da revolução proletária. Seu III Congresso (1928) não enfrentou a tarefa de rever os erros iniciais de conceber a burguesia industrializante como a força que resolveria tarefas democráticas burguesas. Negou-se, portanto, a definir a estratégia da ditadura do proletariado, a natureza do governo operário e camponês e a aliança das classes oprimidas. A classe operária continuou sem um partido com estratégia própria.

6. O golpe cívico-militar de 24 de outubro de 1930 definiu de uma vez por todas a impossibilidade de uma revolução democrática sob a direção da burguesia nacional. A Assembleia Constituinte de 3 de maio de 1933, que promulgou a Constituição de 1934, manteve intacta a estrutura latifundiária, não tocou nos interesses da oligarquia e da Igreja. As disputas interimperialistas entre a Inglaterra e os Estados Unidos se expressaram no choque da Aliança Liberal com a reação oligárquica paulista. O triunfo de Getúlio Vargas foi reconhecido imediatamente por Washington como um passo para estreitar os seus laços. A Inglaterra já não mantinha a ascendência sobre o Brasil, estabelecida desde o início do século XIX. Nas entranhas do golpe da Aliança Liberal, encontrava-se a estratégia norte-americana de imposição definitiva de sua hegemonia na América Latina. As divisões no poder oligárquico da “Velha República” se agravaram com a crise mundial de 1929. Já não era possível governar o país sob a aliança da oligarquia paulista e mineira. A derrocada da economia agroexportadora cafeeira arrebentou os laços econômicos, políticos e administrativos da burguesia. Mas se tratou tão-somente de uma mudança de correlação de forças no seio da própria classe capitalista. O movimento militar pequeno-burguês dos tenentes democratizantes, iniciado em 1922 e desbaratado definitivamente em 1927 com o esgotamento da Coluna Prestes, refletiu a consolidação da burguesia brasileira como incapaz de assumir a resolução das tarefas democráticas do país semicolonial. O golpe da Aliança Liberal assimilou o tenentismo. O caudilho militar Luiz Carlos Prestes se negou a apoiar a Aliança Liberal. Lançou a sua Liga de Ação Revolucionária (LAR), com um conjunto de tarefas típicas da revolução democrático-burguesa, entre elas a nacionalização das terras e sua entrega aos camponeses. A influência do estalinismo sobre o “prestismo” tomou

corpo. O caudilho passou a conceber uma “revolução agrária e anti-imperialista”. O III Congresso do PCB decidiu propor uma aliança com Prestes. Mas o Secretariado da América do Sul da III Internacional decidiu pela incorporação do militar nacionalista no partido. O aparato internacional de Stálin convenceu Prestes a renunciar à Liga de Ação Revolucionária, a atacar o trotskismo e a rechaçar o tenentismo que apoiou Vargas. Expediu ordem para aceitar Prestes como membro máximo de sua direção. A III Internacional abandonava o esquerdismo do 3º Período e adotava a política de frente popular. O PCB se pôs a formar a Aliança Nacional Libertadora (ANL), procurando atrair setores da burguesia nacional e o que restou do tenentismo. Colocou-se em prática a caracterização de progressividade da burguesia nacionalista. O programa é o da revolução democrática, sob a estratégia de um governo “popular” – a indefinição de classe do governo serviu para acobertar o governo democrático burguês, que deveria ser apoiado pelos explorados. O PCB e a ANL estavam sob a direção do caudilho pequeno-burguês Prestes. Do frente populismo da ANL, saltou-se para o aventureirismo de um levante militar, denominado pela burguesia de “Intentona Comunista”, de 1935. Na realidade, tratou-se da sombra do tenentismo. O PCB havia deixado para trás o impulso revolucionário dos anos 20, que o colocou como participante do IV Congresso da Internacional Comunista. Desde sua origem, o PCB sofreu dura repressão, a maior parte do tempo militou na clandestinidade. Mas não se temperou como partido revolucionário por não constituir o programa da revolução proletária. O trágico fracasso do golpismo prestista o direcionou à política de adaptação à democracia burguesa e de colaboração aberta com governos e partidos capitalistas tidos por progressistas. A classe operária não contou com um partido que lutasse com uma estratégia própria no processo da crise revolucionária do período de 1920 a 1937. O nacionalismo burguês a arregimentará e bloqueará o seu desenvolvimento político. Não teve como reagir ao golpe fascizante de novembro de 1937, cuja alegação foi a da necessidade de conter o comunismo. O fundamental é que a crise revolucionária levou a burguesia a apoiar um governo centralista, autoritário, de orientação nacionalista-industrializante. Com o “Estado Novo” semi-fascista, evidenciou-se a impossibilidade da revolução democrática burguesa concebida pelo estalinismo.

7. O Estado Novo impôs um controle férreo das frações burguesas em disputa e aplacou a luta dos explorados. Mas a crise política apenas foi provisoriamente contida. O golpe palaciano que derrubou o governo de Getúlio expôs as fraturas interburguesas, as pressões do imperialismo norte-americano e as contradições estruturais do capitalismo atrasado, cujas forças produtivas continuavam limitadas pela economia latifundiária agro-exportadora. O nacionalismo burguês revelou sua incapacidade de golpear a velha oligarquia, que constituía a coluna vertebral da burguesia brasileira. A via de modernização capitalista não se deu pela revolução democrática, mas por adaptações sob o domínio do imperialismo. A ditadura varguista de 1937, que oscilou entre o imperialismo fascista e o imperialismo democrático, não foi uma solução definitiva para a crise revolucionária aberta em 1922. Cumpriu um papel de contenção da luta de classes, de controle das organizações operárias e de brutal repressão ao PCB. Esgotado o Estado Novo nas condições da crise mundial, a burguesia e a pequena burguesia se movimentaram para formar um quadro partidário voltado à democracia parlamentar. O proletariado se achava preso pelo aparato sindical burocratizado e pela ausência do partido revolucionário. O PCB compareceu decomposto pelo estalinismo prestista. Apresentou de corpo inteiro a sua linha de colaboração de classes. Convocou as forças burguesas interessadas na legalidade a garantir o regime democrático por meio de uma união nacional. Os presto-estalinistas contribuiriam trabalhando contra as greves e defendendo as medidas governamentais de equilíbrio econômico-financeiro. O objetivo central era o de auxiliar os partidos da burguesia a edificarem um regime estável, que tornasse possível a existência institucional do PCB. A luta da classe operária contra a exploração e a movimentação política da pequena-burguesia em busca de ascensão e dos camponeses que se ressentiam da opressão oligárquica voltavam à tona com a falência do Estado Novo. E conflitou com as manobras burguesas de transição para a democracia eleitoral. O estalinismo foi às últimas consequências em sua traição, sobrepondo os interesses de Estado da burguesia às necessidades mais elementares das massas e contrapondo-se à luta de classes. O PCB aproveitou as novas circunstâncias para se recompor da aventura golpista de 1935, projetando-se eleitoralmente. O êxito institucional do presto-estalinismo se esvaiu em 1947, dois anos depois das

eleições, com a sua cassação pelo governo “democrático” do general Dutra. Bastou a acusação criminal de que era um braço da União Soviética, cujo nome Partido Comunista do Brasil comprovava que não era brasileiro. Mais tarde passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, acreditando assim facilitar sua legalização. A volta de Getúlio, em 1950, galgado no nacionalismo, sob a bandeira do “Petróleo é Nosso”, se deu em uma situação em que o imperialismo norte-americano ditava ordens em todo o mundo. A economia do Brasil, no pós-guerra, não tinha como dar um passo à frente sem que fosse por meio da maciça penetração do capital monopolista. O nacionalismo burguês agonizava e com ele o PCB estalinizado. O proletariado sem o partido revolucionário não teve como avançar em sua independência política e ficou à mercê dos serviços da burguesia que controlavam os sindicatos. A sucessão de Getúlio pelo governo pró-imperialista de Juscelino Kubitschek, apoiado pelo presto-estalinismo, permitiu abrir as fronteiras do País às multinacionais.

8. O golpe de 1964 encerrou o longo período de mudanças e ajustes internos à burguesia e seu Estado. Desde a 1ª Guerra Mundial, a industrialização teve um impulso. Operava um avanço nas forças produtivas capitalistas, com elas o desenvolvimento da fração burguesa industrial e do proletariado. A luta de classes ganhou novo conteúdo com a manifestação do proletariado. O campesinato, com suas diferenciações internas, despontou como uma classe mais definida. E a pequena burguesia urbana se avolumou, aumentando sua presença nos acontecimentos políticos. Uma nova centralização federativa no Estado burguês foi necessária. O nacional-reformismo comedido serviu aos interesses da burguesia e atraiu a pequena-burguesia. Os conflitos que esboçaram guerras civis localizadas foram resolvidos pela acomodação entre as frações da oligarquia capitalista e pela derrota do revolucionarismo pequeno-burguês. O Partido Comunista estalinizado seguiu os passos da burguesia e se sujeitou às pressões da pequena-burguesia. Valeu-lhe de sustentação o capital original proletário. Sua política pequeno-burguesa, ora esquerdista, ora oportunista, esteve em contradição com suas raízes proletárias. Passou por inúmeras crises interburguesas e pelo choque de classes sem reconhecer o conteúdo de classe de seus erros. A obediência cega às diretrizes do estalinismo internacional o liquidou como partido da classe operária. A partir de 1961, arrastou-se por

trás da sombra do nacionalismo varguista no débil governo de João Goulart. A política de obter “reformas de base” pela via do Estado burguês, conduzido pelo governo nacionalista, chegou ao seu ponto final com o golpe militar. A luta de classes no campo e na cidade se ampliava, movida pela pobreza e pelo despertar dos camponeses contra os latifundiários do Nordeste. Os “socialistas”, nacionalistas, estalinistas e a esquerda católica dividiram a luta no campo e impossibilitaram a aliança operária e camponesa. E mantiveram os explorados presos à ilusão democrática de que o governo burguês considerado progressista faria as “reformas de base”. O movimento contrarrevolucionário de abril de 1964 não teve nenhuma dificuldade para derrubar o governo e implantar o regime militar. As massas não contavam com um partido revolucionário à altura da crise política e assistiram ao golpe passivamente. A centralização autoritária do Brasil se estendeu por vinte anos. A luta da classe operária e dos camponeses que vinha se potenciando foi sufocada pela repressão militar e policial. Os partidos da burguesia, que se formaram na década de 40 e que se pretendiam nacionais, se sujeitaram à solução militar da crise revolucionária, que o Estado Novo não havia conseguido resolver e muito menos os governos posteriormente eleitos. A estabilidade política obtida sob armas serviu ao apaziguamento das frações burguesas oligárquicas e à nova etapa do desenvolvimento da economia movida pela maciça penetração do capital financeiro e multinacional. O refluxo do movimento operário, a desarticulação dos setores combativos da pequena-burguesia urbana e a dissolução do movimento agrário liderado pelas Ligas Camponesas impuseram uma estabilidade nas relações de classe e um ambiente propício à brutal exploração do trabalho.

9. O estilhaçamento do estalinismo diante do golpe militar e do avanço da reação burguesa pró-imperialista expôs a impotência de sua política pequeno-burguesa. O presto-estalinismo havia passado do aventureirismo golpista de 1935 para o democratismo de 1945; dos métodos militaristas para os do legalismo e pacifismo. O palavreado esquerdista de agosto de 1950, lançado após a cassação dos mandatos parlamentares do PCB, chamando à revolução anti-imperialista e antifeudal, refletiu o estertor de suas ilusões constitucionalistas duramente atingidas. O programa aprovado no IV Congresso de 1954 reafirmava as duas etapas da revolução, completamente negadas pe-

los acontecimentos históricos e pela sujeição da burguesia nacional ao imperialismo. Logo foi abandonado pela Declaração de Março de 1958. O V Congresso de 1960 afirmava a linha do “caminho pacífico da revolução” prescrito pela Declaração. A adaptação mais profunda do PCB à política burguesa nacional-reformista ocorreu sob a virada da burocracia russa. A fração direitista encabeçada por Nikita Kruschev, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, delineou a diretriz de coexistência pacífica com o imperialismo e decidiu pela “desestalinização”. Tratava-se de perfilar os partidos comunistas atrás da política de restauração capitalista. Abriu-se a crise no PCB, resultando em cisões e expulsões. Emergiram das fileiras do estalinismo várias tendências contrárias ao “caminho pacífico da revolução”. Mas não como o marxismo concebe a revolução violenta, resultante da luta de classe do proletariado organizado em seu partido pela tomada do poder. Não como o bolchevismo aplicou na Revolução Russa, tendo por fundamento a insurreição proletária dirigida pelo partido e não como se manifestou na Revolução Chinesa e em outras. A fração que cindiu o PCB e formou o PCdoB em fevereiro de 1962 se vinculou ao maoísmo, concebendo que a revolução viria do campo para a cidade, como se pudesse transplantar mecanicamente a experiência da revolução chinesa. Em sua estratégia de “governo popular” e de “revolução anti-imperialista, antilatifundiária e antimonopolista”, o PCdoB estabeleceu que a revolução partiria do campo para a cidade, da luta armada dos camponeses para a urbana. A aplicação dessa diretriz na forma de uma guerrilha rural nos anos 70 se revelou completamente subjetiva, antimarxista. A experiência da “Guerra do Araguaia” foi o fracasso mais exemplar da luta armada, artificialmente preparada na região camponesa e desvinculada do proletariado. Outras frações do estalinismo enveredaram pela luta armada à margem do desenvolvimento político da classe operária e dos camponeses. Esse erro capital não se limitou às variantes estalinistas, que se tornaram maoístas e castro-guevaristas. Nacionalistas, católicos esquerdistas e pseudo-trotskistas assumiram a absurda concepção “foquista” da revolução. O desespero pequeno-burguês, alimentado pela incompreensão sobre as determinações históricas que possibilitaram as revoluções na China e em Cuba, foi desastroso para o combate proletário à ditadura militar e retardou a tarefa de constituir uma vanguarda programática, marxista-leninista-trotskista.

10. A formação da Oposição trotskista no Brasil, em 1930, por membros do Partido Comunista, possibilitou a luta contra a sua estalinização e a elaboração de fundamentos programáticos. O PCB não se estruturou sob a concepção leninista do partido. A elaboração coletiva e o centralismo democrático não cimentaram o partido. Prematuramente, começaram as expulsões. A Oposição trotskista, que defendia a constituição do Partido Comunista, regido pelo leninismo, não pôde se formar como fração programática em seu seio. Trabalhou por se potenciar como fração externa até 1933, quando ficou evidente que se tratava de constituir um novo partido. O núcleo intelectual, porém, não se firmou como uma direção capaz de sustentar uma militância organizada, paciente, concentrada na formação de quadros e voltada à penetração no proletariado. O seu vínculo com a IV Internacional não se solidificou. O fracasso dos primeiros trotskistas brasileiros em sustentar a continuidade da construção do partido marxista-leninista-trotskista permitiu que o estalinismo continuasse a se apresentar como comunista perante a classe operária, prolongando a crise revolucionária de direção e retardando a luta por sua superação. Mas a Liga Comunista Internacionalista estabeleceu as bases da crítica revolucionária ao estalinismo nas condições concretas de existência do PCB e de aspectos programáticos ainda vigentes, como a exposição da formação pré-capitalista do país, do processo de acumulação originária, da formação tardia do camponês proprietário, da sua passagem para o capitalismo, do desenvolvimento desigual, das contradições da unidade nacional, da centralização oligárquica do Estado, da impossibilidade da democracia burguesa plena, da precariedade da independência nacional e do domínio do capital imperialista. Está impresso na história da Liga o esforço de aplicar o materialismo histórico no reconhecimento das leis do desenvolvimento do capitalismo e da revolução proletária. As teses do estalinismo da revolução por etapas distintas e separadas foram combatidas aplicando-se a teoria da revolução permanente. Na situação de crise revolucionária de 1930, a Oposição trotskista apresentou uma caracterização, uma posição programática e uma linha de ação opostas às do estalinismo, que se negou a levantar as bandeiras democráticas no seio dos explorados. O PCB rechaçou a justa defesa da bandeira de Assembleia Nacional Constituinte, para a situação em que as tarefas democráticas da revolução proletária uniam as massas do campo

e da cidade contra as soluções golpistas e centralistas da burguesia. A Oposição trotskista não apenas combateu teoricamente a caracterização do Brasil feudal e a tese da revolução democrático-burguesa antifeudal, antilatifundiária e anti-imperialista. Mas também desenvolveu a linha programática da revolução democrática encadeada à revolução proletária. A impossibilidade da Liga Comunista Internacionalista se firmar na luta contra o estalinismo e ganhar terreno na construção do partido revolucionário interrompeu a evolução programática. O proletariado e sua vanguarda não puderam se libertar do nacionalismo burguês e pequeno burguês. A desintegração do PCB em várias tendências nacional-foquistas nos anos 60 e as aventuras pequeno-burguesas da luta armada contra a ditadura fecharam tragicamente cerca de cinquenta anos de experiência com o PCB. Por duas décadas, a burguesia pró-imperialista e seu regime militar atuou sistematicamente para arrancar do proletariado e de setores da pequena-burguesia quaisquer resquícios de ideias comunistas, desenvolvidas pelas vias tortuosas do estalinismo. A ditadura chegou ao seu fim com a classe operária destituída de um partido. As correntes foquistas derrotadas pelas armas da ditadura sangrenta se desmancharam e as que sobreviveram se adaptaram ao democratismo burguês. O PCB procura se reabilitar com autocríticas formais. Não tem como se livrar de suas raízes estalinistas. Em fins dos anos 70, iniciou-se a estruturação de novos agrupamentos que se reivindicam do trotskismo. Expressavam, no entanto, a desintegração da IV Internacional e o seu estilhaçamento em inúmeras organizações revisionistas. Nenhuma delas se constituiu sobre a base do programa, limitando-se a caracterizações gerais, conjunturais e sindicais. Passaram-se mais de 30 anos e as três principais correntes – morenista, lambertista e mandelista – não fizeram senão reproduzir o revisionismo pequeno-burguês. Pela esquerda, se ergueu o PSTU, pela direita se dissolveu no PT o mandelismo e se adaptou a ele o lambertismo, com a diferença de se manter organizado como corrente interna no PT. Os revisionistas fracassaram em sua posição de constituir um partido de massa reformista por meio do PT. Como variantes do centrismo, se tornaram um obstáculo circunstancial para a tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskyista no Brasil. A tarefa de construir o POR como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista é o caminho para resolver a crise de direção do proletariado.



Fundamentos Históricos do Programa

VI. A inviabilidade do reformismo

Programa e Fundamentos Históricos

VI. A inviabilidade do reformismo

1. A ditadura militar chegou esgotada em fins dos anos 70. Cumpriu a função de interromper o processo de crescente atividade das massas na cidade e no campo e estabilizar o regime político. Em 1968, o governo do general Arthur da Costa e Silva pôs fim ao que restava de liberdade à oposição burguesa, debelou o movimento da pequena-burguesia estudantil e quebrou a resistência isolada dos operários metalúrgicos de Contagem (MG) e de Osasco (SP). Nos primeiros anos de 1970, a ditadura do general Emílio Garrastazu Médici esmagou a luta armada foquista. A economia regida pelo estatismo militar deu saltos de crescimento, entre 1970 e 1973. A partir de 1974 se deparou com as contradições da economia mundial, momento em que se manifestou a crise estrutural do capitalismo e se estabeleceu o marco de sucessivas crises gerais. A ditadura não podia mudar seu programa e métodos econômicos. A burguesia já não tinha por que manter o regime montado desde 1964. O imperialismo decidiu que o governo militar estatista e protecionista, que de grande importador de capital financeiro passou a obstáculo às novas necessidades criadas pela crise internacional, deveria deixar o posto. O Tesouro Nacional não mais suportava o peso do endividamento externo. A grande expansão econômica do “milagre brasileiro” cedeu lugar à enorme retração em 1981. Explodiram os desequilíbrios inflacionários. A garantia de superexploração dos assalariados e de brutal espoliação dos camponeses com a luta de classes estancada chegou ao fim. O governo de Ernesto Geisel, que assumiu o poder em 1974,

estabeleceu em 1977 a meta de uma abertura “lenta, segura e gradual”. A oposição burguesa do sistema bipartidário, congregada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), exigia o fim do controle político dos militares sobre o Congresso Nacional, da proibição de formar partidos e das eleições plebiscitárias controladas. Os assassinatos da ditadura passaram a ser motivos de manifestações e de conflitos no interior do governo, acossado pela crise e pela impossibilidade de conter as tendências de luta que se avivaram em meio à pequena-burguesia arruinada e que despontavam na reorganização sindical da classe operária. Em 1978, Luiz Inácio Lula da Silva liderou a primeira greve metalúrgica que marcou no final do governo Geisel o processo de desintegração irreversível da ditadura e de projeção da oposição burguesa democratizante. Abriu-se um período de ascenso grevista em defesa dos salários comprimidos pela política da ditadura militar e pela corrosão inflacionária, incorporando milhões de assalariados. E de mobilização estudantil pelas liberdades democráticas. As bandeiras da democracia política da burguesia se concentraram na obtenção de um acordo com a ditadura moribunda de se realizar uma transição pela via do Congresso Nacional que restabeleceria as eleições diretas. As gigantescas mobilizações de 1984 morreram no interior do Congresso Nacional da ditadura com a votação da emenda sobre as eleições diretas. A transição se fez em 1985 por meio do Colégio Eleitoral, pactuada com a junta militar. A oposição burguesa, dirigida pelo PMDB, impôs sua estratégia ao movimento da pequena burguesia pelas diretas já. O proletariado não teve como se manifestar com a estratégia revolucionária de derrubar a ditadura com os métodos da luta de classes e se colocar como a força capaz de liderar a maioria oprimida por um caminho distinto do estabelecido pela oposição burguesa peemedebista. O PT, que nasceu da reforma partidária de 1979, e a CUT, fundada em 1983, se adaptaram às condições políticas ditadas pelo PMDB e seus aliados. A substituição do regime militar pelo regime democrático se fez sem mudar nada nas relações entre as classes e no interior delas. O primeiro governo pós-ditadura, de José Sarney, resultou da aliança do PMDB com o PFL (ex-integrante da Arena), ambos formaram o bipartidarismo do regime militar. Ditadura e democracia são duas variantes de regime das quais se valem a burguesia nacional e o imperialismo para manter o capitalismo e combater as tendências re-

volucionárias do proletariado. São distintas, evidentemente, quanto aos métodos de dirigir o Estado e de garantir a exploração do trabalho. O partido revolucionário não desconhece as distinções. A defesa das reivindicações democráticas partindo da classe operária é fundamental para combater a ditadura burguesa. Não sendo encarnadas pelos explorados, servem tão-somente às disputas interburguesas. A experiência histórica mostrou que ditadura e democracia parlamentar expressam o domínio da minoria capitalista sobre a maioria explorada. Como expressões políticas do Estado semicolonial, estão condicionadas indistintamente pela penetração do imperialismo.

2. A crise mundial da segunda metade dos anos 70 atingiu profundamente a economia brasileira e expôs os poderosos laços de dependência nacional perante o imperialismo. O governo da Aliança Democrática (PMDB/PFL) se mostrou incapaz de enfrentar a crise do endividamento, da alta inflacionária, das manifestações dos estados mais empobrecidos, da recessão, do desemprego, da carestia e das exigências do imperialismo. O agravamento da miséria das massas as lançou em um poderoso movimento grevista, sem contudo contar com uma direção revolucionária. O fracasso do Plano de Estabilização da Economia Brasileira (Plano Cruzado, fevereiro de 1986) aprofundou a crise política e potencializou a luta dos explorados. Não há solução capitalista à sua crise que não seja atacando os salários, empregos e direitos trabalhistas. As condições de vida dos camponeses foram igualmente atingidas. Nas cidades e no campo, cresceu o precipício entre o governo burguês e as massas, cuja democratização servia somente aos interesses da burguesia. As tendências de luta no seio das massas exploradas ganharam força. Mas o proletariado não tinha seu partido revolucionário. O PT se preparava para se tornar o canal de contenção da luta de classes e a CUT se erguia como seu braço sindical. Os velhos partidos que serviram à ditadura mostraram seu compromisso com o grande capital e com a política de superexploração do trabalho. As eleições de 1989 para a presidência da República definiram o PT como instrumento da democracia eleitoral. O caudilho sindical, vinculado à Igreja, Luiz Inácio Lula da Silva, somente não ganhou devido a uma grande operação de setores burgueses e dos meios de comunicação para colocar nas alturas um obscuro representante da oligarquia nordestina, Fernando Collor de Mello, cujo Partido da Renovação Nacional (PRN) não

passava de uma invenção de última hora. O primeiro governo eleito foi afastado na metade do mandato por decisão do Congresso Nacional sob alegação de corrupção. A queda de Collor se deu de fato pelo fracasso de seus sucessivos planos de estabilização. Atacou ao mesmo tempo interesses de setores do capital nacional, penalizou a classe média e comprimiu ainda mais os assalariados. A pequena burguesia ganhou as ruas exigindo a destituição do governo antipopular. Os partidos da burguesia deram eco ao descontentamento da classe média. O PT se potencializou, participando com os partidos oficialistas na direção do movimento pelo impeachment. A classe operária não teve como intervir na crise interburguesa e imprimir no movimento sua estratégia, o que levaria à derrubada revolucionária do governo. O PT e a CUT estiveram subordinados à saída institucional, traçada pelo PMDB. A tentativa de impor uma autoridade que governasse por cima de todas as classes em nome da resolução da crise não teve como prosperar. O fundamental, porém, é que nos dois anos de mandato Collor estabeleceu-se a base de um plano pró-imperialista. Aqueles que o derrubaram assumiram posteriormente a sua implantação, eliminando tão-somente as medidas de confisco financeiro que atingiram em cheio a classe média. A tese do governo Collor foi a de que havia chegado a hora do Estado deixar de ser um agente econômico que configurava o capitalismo de Estado para ser um Estado voltado a incentivar a economia de mercado. A “corrente” econômica neoliberal impulsionada desde os Estados Unidos abriu caminho com Collor. As orientações do Consenso de Washington (1989) de franquear as fronteiras dos países semicoloniais foram assumidas pelo governo brasileiro. O que potenciou e aglutinou os liberais pró-imperialistas brasileiros, provenientes do capital financeiro, em torno da fundamentação de que o estatismo e a industrialização por meio da substituição de importação haviam se esgotado. As contradições internas do capitalismo atrasado e semicolonial se manifestaram agudamente. O estatismo, a substituição de importações e o protecionismo, que corresponderam a posições nacionalistas da burguesia, se deram em consonância com as condições mundiais do capitalismo envolto em crises de superprodução e guerra de repartição do mundo. E foram compatíveis com a penetração do imperialismo, fundamentalmente o norte-americano. A chamada substituição de importações ocorreu com a participação

das multinacionais, que criaram as reservas de mercado interno nos setores mais lucrativos. A ampliação do mercado brasileiro se deveu à combinação do capital nacional com o capital internacional, sendo esse determinante quanto à orientação do desenvolvimento econômico e social do País. “Revolução de 30”, Estado Novo e Ditadura de 1964 abarcaram um grande período de industrialização, estruturação de uma nova fração capitalista oligárquica, proletarização de grandes parcelas de camponeses, crescimento da classe média urbana e rural e potenciação do mercado interno. Esse processo não ocorreu sem profundos conflitos internos entre as classes e frações de classe. E não poderia avançar sem que a fração capitalista industrial que se gestava no seio da velha oligarquia agroexportadora se chocasse com os interesses do capital imperialista e com as imposições das potências. Sobre essa base histórico-material, se erigiram as posições do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Em sua essência, tratava-se da fração industrializante ocupar o comando do Estado, estabelecer a soberania das decisões e limitar o peso do capital imperialista. De fato, se alcançou uma soberania limitada de acordo com as circunstâncias das relações mundiais e da luta interna. Não foi possível canalizar e disciplinar o avanço do capital estrangeiro. O estatismo constituído pelos governos militares modelou a forma de sua penetração. O aumento da capacidade do Estado em intervir na economia controlando ramos estratégicos - como os de siderurgia, petróleo, química, comunicação e transporte - se deu, em contrapartida, com o agigantamento do endividamento externo. O Brasil, como a maioria dos países latino-americanos, chegou aos anos 80 quebrado perante os bancos internacionais. A solução capitalista assumida por Collor foi a de entregar os ativos estatais e a de rebaixar os mecanismos de proteção nacional.

3. A burguesia nacional consolidou sua condição de sócia-menor da burguesia imperialista. Não teve como materializar a tese nacionalista do autodesenvolvimento. O Brasil alcançou um avançado sistema industrial, mas dependente das multinacionais e do capital financeiro internacional. Não teve, portanto, como superar sua condição de fornecedor de matérias-primas e produtos agropecuários. Foi incorporado nesta condição na divisão internacional do trabalho e nunca pôde romper as determinações impostas pelo colonialismo e pelo imperialismo. A substituição de importação não lhe conferiu

capacidade tecno-científica, nem uma poderosa indústria de meios de produção. A capacidade de produção da indústria, a produtividade geral da economia e o desenvolvimento do mercado interno sempre estiveram condicionados pelas condições de penetração do capital internacional. Esse caminho de desenvolvimento não resultou de uma opção adotada pela burguesia e seus governos, como pensaram ser possível os teóricos mais consistentes do nacionalismo e da crítica econômica ao subdesenvolvimento. O capitalismo se desenvolveu no Brasil de acordo com a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Os saltos na industrialização não resolveram as disparidades entre o campo e cidade, entre regiões desenvolvidas e atrasadas e entre a semicolônia e as potências. Ao contrário, consolidaram o entrelaçamento das formas pré-capitalistas e capitalistas na produção agrária, distanciaram o desenvolvimento regional e impulsionaram a concentração de propriedade e riqueza. Prematuramente, se potenciou o setor de serviços, que passou a ocupar uma desmesurada participação no Produto Interno Bruto. O Brasil chegou ao fim do século XX mergulhado na crise de endividamento, de disparada inflacionária, em recessão e com alta taxa de desemprego. As tendências desintegradoras da economia brasileira não se deveram, em última instância, aos limites internos, mas sim à crise estrutural do capitalismo mundial. Os profundos desequilíbrios, porém, não foram atribuídos ao domínio e saque imperialistas. O governo do PSDB, em aliança com o PFL e PMDB, de Fernando Henrique Cardoso, responsabilizou o estatismo e o decrépito nacionalismo protecionista. A ampla coligação burguesa assumiu as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD). A fórmula “desestatização e abertura do mercado interno” consagrou o estágio mais avançado de subordinação da burguesia nacional ao imperialismo. Os ramos estratégicos típicos de países semicoloniais – extração mineral, indústria do aço, petrolífera, química, os transportes e as comunicações – foram entregues a grupos nacionais e internacionais. O avanço da desnacionalização nestes setores vem completando o desarme da economia nacional perante o capital monopolista. Acentuou o poder de influência das multinacionais sobre as condições da economia, uma vez que controlam os ramos fundamentais da produção e conseqüentemente de sua distribuição. O Plano Real de Fernando Henrique Cardoso impôs a expropria-

ção dos salários, estabeleceu um valor artificial à moeda, fragilizou o controle do câmbio, liberou o controle do comércio exterior a um punhado de capitalistas, usou a crise da dívida para desestatizar, reduziu drasticamente as tarifas de importação, impulsionou a quebra de parte da indústria nacional incapaz de competir com as estrangeiras e desguarneceu a capacidade econômico-financeira do Estado de intervir em favor do conjunto da burguesia interna. A política governamental de proteger os credores (capital parasitário), rebaixar as fronteiras nacionais e impulsionar os investimentos externos constituiu nos anos 90 uma virada sem precedente na história econômica da República. Confirmou o esgotamento do nacional-reformismo e a impossibilidade da burguesia de dirigir um movimento pela superação de seu lugar na ordem mundial de fornecedor de matérias-primas e de produtos agroindustriais. A indústria ganhou primazia no capitalismo atrasado brasileiro, mas como fator do mercado interno, o que está de acordo com a estrutura do capitalismo mundial. A renovação tecnológica não se instalou como capacidade interna propulsora. Vinda de fora, continuou a depender das necessidades do capital imperialista. A indústria manufatureira não pôde assim se desenvolver como poderosa força exportadora. O grau de produtividade e de projeção no mercado mundial depende em grande medida das multinacionais, cujas decisões são tomadas externamente. O recuo do Brasil na pequena participação no mercado internacional, passando de 1,5% a 0,85% nos anos 80 e 90, evidenciou o poderoso bloqueio às suas forças produtivas. O crescimento entre 2003 e 2008 não fez senão recuperar o mesmo espaço, sustentado em grande medida pelas matérias-primas e bens agroindustriais (commodities). O Plano Real foi considerado o milagroso remédio para “a modernização produtiva” e para “o choque de capitalismo”, no entanto serviu fundamentalmente para os monopólios abrirem mercado, explorarem a farta força de trabalho e repatriarem parcela substancial de seus lucros.

4. O PT conquistou eleitoralmente a presidência da República com o compromisso de não romper os pilares do Plano de Estabilização antinacional e antipopular do PSDB. A prematura adaptação do partido, que nasceu vinculado ao movimento sindical, à democracia burguesa o colocou na dependência do grande capital. O caudilho Luiz Inácio Lula da Silva montou seu primeiro governo prometendo

livrar o Brasil da miséria. À burguesia, não desagrada a bandeira do fim da fome, desde que o governo não prejudique seus negócios e não permita que o proletariado se levante contra a propriedade privada dos meios de produção. A miséria e a fome são crônicas no capitalismo. E a pobreza se manifesta em toda parte em graus distintos. Os novos reformistas brasileiros, que emergiram no final da ditadura militar, procuraram restabelecer os anacrônicos fios do nacionalismo pequeno-burguês e do estalinismo em uma plataforma de reformas econômicas e políticas do capitalismo. Confluíram ex-foquistas, ex-estalinistas, a esquerda católica e uma plêiade de intelectuais pseudo críticos do capitalismo com o novo caudilhismo lulista. Estabeleceram a estratégia de edificar um “governo democrático e popular”, que, apoiado na maioria explorada, se concentraria em fazer reformas – a começar pela agrária –, em tomar medidas pela erradicação da miséria, em democratizar o Estado burguês, em exercer a soberania nacional e em apoiar os setores da burguesia voltados ao mercado interno e à satisfação dos bens de consumo de massa. Em síntese, o PT se formou sob a tese de que o capitalismo pode ser reformado e de que no Brasil as forças produtivas se elevariam com medidas de incorporação das massas ao mercado de consumo. A trava residia na oligarquia que mantinha sob seu poder o Estado. “O PT de massa” modificaria o quadro político, democratizando-o. Não havendo nada de revolucionário nestas formulações, o PT encontrou o caminho livre para se potenciar eleitoralmente. Não faltaram capitalistas para apoiar o nacional-reformismo pequeno-burguês, incluindo partidos social-democratas europeus. As divisões interburguesas, a instabilidade dos governos que sucederam a ditadura militar, a desmoralização dos partidos oficialistas e a necessidade de canalizar as tendências de luta das massas permitiram ao PT se afirmar e triunfar. Mas as bases materiais do capitalismo e o domínio do grande capital sobre o Estado não permitiam concretizar o reformismo, obrigaram o caudilho Lula a seguir as diretrizes do imperialismo e empurraram o PT a se submeter à aliança oligárquica. O PT não se constituiu em um “pilar da ditadura militar”, como afirmavam os lambertistas – hoje completamente submetidos ao petismo –, mas em instrumento da ditadura de classe da burguesia. O “governo democrático e popular”, extraído do reformismo castro-estalinista, assumiu a forma de um governo burguês submisso

- ao grande capital nacional e ao imperialismo.
5. O PT arremeteu a maioria explorada sob a bandeira de reformas democráticas e populares. Mas não fez senão ampliar o assistencialismo montado por Fernando Henrique Cardoso, com o programa Bolsa Escola. Lula o transformou em Bolsa Família. Mais de 11 milhões de famílias, abarcando 40 milhões de brasileiros, continuam na miséria. Sobrevivem com esmolas do Estado. Ao contrário da pobreza e miséria da maioria, a minoria capitalista e a alta classe média levam uma vida de luxo e esbanjamento, garantida pela posse da maior parte da riqueza nacional. Nem mesmo quanto à tarefa da reforma agrária o governo petista procurou um caminho próprio, seguiu a política traçada pelo PSDB. A ampliação de assentamentos com Lula não modificou em nada o processo de concentração agrária. A miserabilidade do camponês nordestino tem sido compensada com os programas assistenciais. Nas regiões e áreas onde se pode obter lucratividade, avança a agroindústria. O grande capital que explora os produtos agrários mais rentáveis e aqueles que se transformam em commodities contaram com significativo apoio do governo petista. As multinacionais que controlam a técnica mais avançada e introduziram a plantação transgênica no Brasil foram incentivados a avançar sua penetração no campo. A desnacionalização da agricultura brasileira se potenciou sob o governo “democrático e popular”. O reformismo petista e o caudilhismo lulista se valeram de um período de impulso da economia mundial e interna. A orientação governamental se concentrou em favorecer os negócios dos banqueiros, industriais, latifundiários e grandes comerciantes. A crise de 2008 mostrou o petismo como agente das multinacionais. A diretriz da política econômica concebida como “contracíclica” se destinou a garantir liquidez aos bancos, a administrar as perdas de grupos comprometidos com jogatinas cambial-financeiras, a manter o endividamento da população em alta e a desativar a “recuperação” do salário mínimo. Com a alegação da necessidade de manter a atividade econômica, a administração lulista lançou medidas de isenção fiscal ao grande capital. A burocracia sindical apoiou essa posição antinacional, defendendo os subsídios governamentais e assumindo as bandeiras das montadoras. O governo instalado em 2012, Dilma Rousseff, é a expressão acabada da caducidade do nacional-reformismo. A experiência petista confirma que o capitalismo não pode

ser reformado. Não se trata de que o PT se desviou do caminho originário. Mas sim de que os eleitores se propuseram a governar o capitalismo. As reformas democráticas e sociais continuaram dependendo da burguesia e esta concluiu sua formação como classe semicolonial servil ao imperialismo. Nenhuma variante do reformismo pode levantar um programa de transformações democrático-anti-imperialistas. A estratégia e a política do nacional-reformismo estão obrigadas a expressar a grande propriedade capitalista.

6. A tese de que o Brasil, por se tornar uma potência média (“emergente”), se habilitou a ocupar um lugar diferenciado na ordem mundial ganhou projeção na década de 2000. Mas não foi obra apenas do governo petista. Em 1991, estruturou-se o Mercosul, durante o governo de Collor. Sob Fernando H. Cardoso, passou a funcionar. O estreitamento do mercado internacional e os prenúncios do agravamento da crise de superprodução impulsionaram o movimento dos capitais para a criação de novos blocos econômicos. Os Estados Unidos pretendiam um acordo de livre-comércio com a instituição da Alca. A ofensiva imperialista encontrou resistência não somente nas burguesias latino-americanas, mas também internamente em uma das frações capitalistas, uma vez que os Estados Unidos não abririam seu mercado e não acabariam com os enormes subsídios à sua agricultura. A Alca concluiu se circunscrevendo ao Nafta, por meio do qual os Estados Unidos submeteram ainda mais o México e o Canadá. O fracasso da Alca e a vigência do Mercosul foram tomados como um ganho para o objetivo de cooperação dos países sul-americanos e especialmente para a aproximação do Brasil e Argentina. A sua limitação, porém, é dada pelo mercado mundial, do qual os mercados regionais são partes e refrações. As multinacionais, em última instância, estão na base de qualquer acordo. A ampliação do comércio na região depende dos monopólios e do capital financeiro. É o que se manifestou no Mercosul. O capital internacional amplamente instalado no Brasil teve interesse no acordo regional. As disparidades no desenvolvimento dos distintos países e os conflitos entre as fronteiras nacionais se levantaram como travas e tumultuaram a existência do Mercosul. Os blocos de países semicoloniais têm de cumprir uma função defensiva diante da voracidade das potências. Mas não podem cumpri-la conseqüentemente sem assumir posições anti-imperialistas. As burguesias latino-americanas,

finalmente, se formaram em contraposição ao objetivo histórico de uma só nação de língua espanhola, pleiteada na Guerra da Independência. A intervenção dos Estados Unidos foi fundamental para inviabilizar a estratégia original de um único Estado confederativo. A estreiteza nacional de suas frações reflete a dominação imperialista. A premissa de que, com a reintegração da ex-União Soviética e a China na economia de mercado e com o fim da “guerra fria” criaram-se as condições para uma nova ordem mundial, não esconde os fundamentos que caracterizam o capitalismo da época imperialista, de recrudescimento do domínio das potências sobre as semicolônias. Os representantes do pensamento nacional-reformista se arrastam por trás das manobras dos Estados Unidos em torno da suposição de que o “unilateralismo” deu lugar ao “multilateralismo”. O governo de Lula se arvorou em projetar o Brasil nas pretensas relações multilaterais para auxiliar as potências a enfrentarem a crise mundial, para contribuir com a edificação de relações pacíficas entre o imperialismo e as semicolônias e em reformar as instituições mundiais. O teste definitivo se realizou com a tentativa de pacificar a ofensiva do imperialismo contra o nacionalismo iraniano. E na América Latina, com a de restabelecer o governo destituído em Honduras. Mais recentemente, o Mercosul se mostrou impotente diante do golpe branco que derrubou o presidente do Paraguai. Os Estados Unidos quebraram as ações do governo petista e de seus aliados no Mercosul e Unasul. A ascensão do PT lulista no Brasil ocorreu como parte de um fenômeno de retomada do nacional-reformismo em países como Bolívia, Venezuela, Equador, Paraguai e Uruguai, em certa medida também no Chile. Excetuando a Venezuela e Bolívia, que atritaram com o imperialismo por realizarem nacionalizações (com indenização), os demais evitaram conflitos dessa natureza. O governo do PT atuou em defesa dos interesses da burguesia brasileira, tendo por detrás as multinacionais. Cercou o governo boliviano com a política de boa vizinhança para proteger os negócios da Petrobrás. Pressionou o Paraguai a aceitar as condições de Itaipu. Cumpriu o papel de disciplinar o chavismo no âmbito dos acordos regionais. Depois de longo período de ditaduras militares na América Latina, o nacional-reformismo renasceu enfraquecido e incapaz de afetar as bases de controle econômico das multinacionais e do capital financeiro. O petismo teve de ficar muito aquém do chavismo, expressando o dis-

tinto grau de desenvolvimento do capitalismo atrasado e de penetração dos monopólios industriais, agroindustriais e comerciais. O fracasso da experiência do nacionalismo mais radical, expressa pelo caudilhismo chavista, corresponde à impossibilidade da burguesia latino-americana de emancipar a região semicolonial do domínio dos Estados Unidos e das demais potências. O reformismo petista se transformou em pró-imperialista assim que Lula assinou a “Carta aos Brasileiros”, cumprindo-a a risca. O nacional-reformismo é um poderoso obstáculo à independência do proletariado. Não pode cumprir um papel progressivo porque serve à grande propriedade. Falseia a defesa da unidade latino-americana, colocando-a no estrito quadro de relações comerciais e na preservação dos interesses nacionais de cada país.

7. As forças produtivas e as relações capitalistas de produção conformaram, desde 1888, definitivamente, as duas classes fundamentais e contraditórias: a burguesia e o proletariado. Entre elas, a pequena burguesia rural e urbana, que também são classes oprimidas. O proletariado logo se destacou como a classe revolucionária, pelo lugar que ocupa na produção social. De conjunto, a classe operária, os camponeses e a classe média urbana formam a maioria nacional oprimida. Sofrem com a exploração não só da burguesia brasileira, mas também com o saque da burguesia imperialista. Tais relações são típicas do capitalismo de economia combinada, atrasada e semicolonial. Expressam a permanência de formas de produção pré-capitalistas e de relações de classes no campo, que se originaram e se desenvolveram na fase colonial e na de transição do Império. Com todo o desenvolvimento capitalista, ainda persistem ressaibos de inúmeras etnias indígenas. O capitalismo, introduzido de fora para dentro do Brasil – durante séculos sob formações pré-capitalistas e acumulação originária de capital – somente adentrou na industrialização quando as potências já haviam se transformado em imperialistas. De colônia portuguesa, passou à condição de semicolônia inglesa. Cedeu, finalmente, passagem ao domínio imperialista norte-americano. Foi sendo assim incorporado na economia mundial, integrando-a como parte indissolúvel enquanto país semicolonial. As condições do desenvolvimento desigual e combinado – lei histórica que no capitalismo se manifestou plenamente – foram tomadas pelo estalinismo como impossibilidade do proletariado desenvolver

seu programa de poder. O programa estalinista da revolução democrática impossibilitou o proletariado de constituir um programa próprio e de forjar o seu partido de acordo com a estratégia e a tática revolucionárias. Não houve nenhuma revolução democrática. As diferenças e choques entre a velha oligarquia e a nova burguesia industrial se resolveram por meio de golpes, de governos ditatoriais e de centralização autoritária do Estado. Não havia, de fato, uma contradição de essência entre a velha oligarquia que se formou no período colonial e a sua fração industrial. O regime democrático inaugurado pela República sempre foi oligarquizado e mutilado. O proletariado enfrentou desde o seu nascer a brutal repressão. As forças produtivas internas se desenvolveram condicionadas pela penetração do capital multinacional e dos interesses das potências. O proletariado se estruturou, inicialmente, em pequenas e médias fábricas. Hoje se encontra concentrado em gigantescas unidades fabris controladas pelo capital monopolista. Os camponeses em grande medida foram reduzidos com o avanço da industrialização, da proletarianização e da urbanização. Mas não perderam seu peso social na luta de classes. Uma vasta classe média se forjou com uma infinidade de funções e serviços auxiliares à reprodução do capital. Fazem parte da classe média milhões de pequenos proprietários, cuja posição social os coloca como uma força reacionária. Uma massa de pobres se concentra nos centros urbanos, em todo o País. E um grande contingente de camponeses continua a viver na penúria. A burguesia e seus governos procuram amenizar a polarização entre a riqueza da minoria e pobreza da imensa maioria. Mas seus êxitos são provisórios. O capitalismo em desintegração e o tremendo saque imposto pelas potências às semicolônias empurram as massas à barbárie social. O gigantesco aparato de contenção da luta de classes montado pelos capitalistas indica a potencialidade do proletariado. Os ataques da burguesia aos empregos e aos salários, a expansão do subemprego, a degradação dos meios de existência, a expulsão de camponeses das terras e a opressão sobre as etnias indígenas obrigam os explorados a levantar cotidianamente reivindicações. No combate, nas derrotas e nas conquistas, se coloca a necessidade da maioria nacional oprimida de se unir sob a direção política e sob o programa do proletariado. Não há como reformar o capitalismo em decomposição. As soluções que erradicam a pobreza das massas

urbanas, que atendem às aspirações dos camponeses, que garantam a autodeterminação das etnias indígenas, que imponham a independência do País perante o imperialismo, que estanquem a sangria das riquezas nacionais e que desenvolvam as forças produtivas de acordo com a tarefa de harmonizar a unidade nacional serão produto da revolução proletária.



Fundamentos Históricos do Programa

VII. A luta pela independência da classe operária

Programa e Fundamentos Históricos

VII. A luta pela independência da classe operária

1. O movimento operário no Brasil, em seu desenvolvimento, tem dependido, quase que exclusivamente, dos sindicatos. Isso devido aos fracassos históricos de constituir em seu seio um partido revolucionário. A experiência mais profunda da relação entre sindicato e partido se deu com o Partido Comunista Brasileiro. Por seu programa democrático pequeno-burguês, o estalinismo conduziu os sindicatos, sob sua direção, a se limitar às reivindicações imediatas e parciais e a servir de linha auxiliar à política de colaboração de classes. Nesse sentido, atuou em consonância com a burocracia sindical nacionalista, via de regra controlada pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Vargas na década de 1940. A oposição de esquerda trotskista, na década de 1930, teve importância nos sindicatos – principalmente nos gráficos do Rio de Janeiro –, mas fracassou na tarefa de construir o partido. Os sindicatos, na época do imperialismo, sem uma direção revolucionária, se tornam instrumento de burocracias que se vinculam à política burguesa e ao Estado. A tarefa de conquistar a independência dos sindicatos, de constituir a democracia operária e de garantir sua função revolucionária na luta de classes se coloca na razão direta de construir o partido marxista-leninista-trotskista. Os sindicatos são organizações de frente única criadas pelo proletariado e não se confundem com o partido, que é a vanguarda revolucionária alicerçada no programa da revolução

social. No entanto, os sindicatos, sem estar sob a direção do partido-programa, não podem servir à luta de defesa integral das condições de existência dos explorados e de auxiliar da revolução proletária. Está aí por que é decisivo o combate pela formação de uma fração revolucionária no seio do movimento sindical.

2. As experiências que serviram à organização da classe operária são incorporadas ao programa do POR. Devem ser incorporadas criticamente. Há um longo percurso de enfrentamento com a burguesia e seu Estado. Os sindicatos não vieram de doações dos exploradores. Foram arrancados por meio da luta de classes. Assim se originaram os sindicatos na Inglaterra no início do século XIX; e assim foram fundados no início do século XX no Brasil. O operariado inglês se levantou instintivamente contra as demissões, o desemprego, a miséria e a exploração capitalista. Acabou por se associar em sindicatos, antes de criar o partido. O operariado brasileiro se estruturou minimamente como classe depois de um século de enfrentamento com o Estado capitalista na Europa. Período em que se constituíram as correntes político-ideológicas no seio do movimento operário europeu. O marxismo triunfou por assentar o programa da revolução proletária – o Manifesto do Partido Comunista –, fundamentado na revelação científica das leis de funcionamento do capitalismo e de seu esgotamento histórico. O anarquismo, já envelhecido na Europa, porém, esteve na origem e infância dos sindicatos no Brasil. O Congresso de 1906 se levantou como um marco da organização sindical, deixando para trás as primitivas sociedades de socorros mútuos que vigoraram de 1853 a 1906. As greves se tornaram o método de luta dos explorados. Por meio da ação direta, o proletariado impôs à classe capitalista as primeiras conquistas econômicas e políticas. As leis antioperárias, a intervenção policial e a criminalização das direções evidenciaram a violência reacionária dos exploradores, diante da qual o proletariado teve de recorrer à organização coletiva mais avançada. Mesmo que incipiente e concentrado em alguns centros urbanos, sob inspiração do anarco-sindicalismo, se constituiu em 1908 a Confederação Operária Brasileira (COB). Teve pouca duração. Embora sob o princípio federativo do anarco-sindicalismo, a COB assentou a tarefa de pôr em pé uma central operária.
3. O Estado burguês primeiro combateu a construção dos sindicatos por meio da repressão às lideranças. O Código Penal Brasileiro de

1890 chegou a estabelecer a prisão de grevistas. Passou a admitir a greve desde que pacífica, estabelecendo uma diferenciação para os “atos de violência”. As greves desencadeadas a partir do 1º Congresso Operário Brasileiro – e que atingiram o seu ponto alto na greve geral de 1917 em São Paulo – impuseram conquistas democráticas do proletariado à burguesia. Mas a perseguição à sua vanguarda continuou brutal. Um decreto de 1908 estabelecia a “lei de expulsão de estrangeiros”, que atuassem na organização da classe operária – via de regra, os anarquistas. A militância sindical em grande medida se realizava de forma clandestina ou semiclandestina. Ainda nesse período, o governo procurou desviar o sindicalismo classista para a colaboração de classe. A convocação de um congresso sindical oficialista, em novembro de 1912, assinala a intervenção de agentes da burguesia no movimento operário. Na convocação, comparece o objetivo de se criar um “partido político operário”. Tratava-se de uma tentativa de arregimentação da classe operária para a política burguesa. O governo patronal chegou à conclusão de que somente a coação policial não conteria o desenvolvimento da luta de classes e o avanço da organização independente do proletariado. Era preciso uma via política. A criação do Conselho Nacional do Trabalho, em 1923, objetivou a intervenção centralizada e planejada do Estado nas relações entre a classe capitalista e a classe operária. Impunham-se algumas reformas, em razão não somente das reivindicações dos explorados, mas também da organização capitalista do trabalho – uma exigência de caráter tanto nacional quanto internacional. O Brasil havia ingressado tardiamente no desenvolvimento industrial. Com ele, uma nova etapa de estruturação da classe capitalista e formação do proletariado, produtos genuínos do modo de produção capitalista. Os exploradores assimilavam novos métodos de produção, nova organização do trabalho e novas formas de combate à luta de classes.

4. A fração burguesa industrial incipiente que assumiu a condução do Estado teve de reconhecer que não podia fazer do movimento operário uma “simples questão de polícia”. Estava obrigada a se adaptar às relações do capitalismo mundial. Admitia a necessidade de uma “legislação social” distinta do passado agrário-oligárquico. As reivindicações básicas da classe operária brasileira ecoavam conquistas há muito adotadas pelos países capitalistas avançados. O gover-

no de Getúlio Vargas se refere às “justas reivindicações operárias”. A burguesia brasileira chega à conclusão de que terá de conviver com a luta de classes. Uma política de controle, de canalização e de contenção das revoltas dos explorados foi posta em marcha a partir dos anos 30. Os sindicatos poderiam ser um valioso instrumento em mãos de agentes da burguesia. Os anarquistas já se mostravam anacrônicos, não podiam manter os “sindicatos revolucionários”. Os comunistas deveriam ser esmagados. O governo getulista criou o Ministério do Trabalho e com ele toda parafernália legislativa de intervenção do Estado na vida sindical. A lei de sindicalização impôs o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. A resistência das direções anarquistas, comunistas e trotskistas em manter as organizações sindicais à margem da nova legislação estatizante é rompida pela poderosa ação do Estado. O governo promovia reformas trabalhistas. Valia-se do fluxo migratório dos camponeses para as cidades, que se proletarizava e que criava um excedente da força de trabalho industrial. Minimizava-se, assim, a presença do operário imigrante, cuja cultura mais elevada permitiu o desenvolvimento do sindicalismo classista e o avanço da consciência revolucionária. Montou-se, finalmente, um sindicalismo de apoio ao governo Vargas. O varguismo triunfou estabelecendo uma rígida centralização autoritária do Estado. Fez parte desse processo a criação de uma vasta burocracia estatal e sindical. A estatização dos sindicatos não ocorreria e não se sustentaria tão-somente pelo ordenamento jurídico. Teria de se materializar por meio de uma burocracia formada no seio do movimento sindical. O governo se utilizou de vários meios, um deles foi a implantação do imposto sindical. Os recursos controlados pelo Estado permitiram montar uma estrutura de sindicatos, federações e confederações autorizados, vigiados e servis. Ficavam na prática impossibilitados os sindicatos não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e regidos pela Justiça do Trabalho. E proibida a existência de uma Central Sindical. A exigência da “unicidade sindical” condiz com a estrutura disposta segundo a regulamentação estatal e os condicionamentos político-burocráticos. Verifica-se que a estatização das organizações operárias da época varguista ocorre no âmbito da centralização autoritária da política e administração levada a cabo de acordo com a nova etapa de desenvolvimento capitalista e de interesses da fração industrial.

5. O estalinismo se adapta à estrutura corporativa das federações e confederações, sustentada pelo imposto sindical. A formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962, se assentou na cúpula das confederações. Não se levantou como uma organização das bases operárias. A greve geral de 5 de julho, que precedeu o IV Encontro Sindical Nacional, consolidou a aliança política entre o PCB e o PTB em torno da defesa do governo de João Goulart. As bandeiras de “governo democrático e nacionalista” e de “gabinete nacionalista” expressaram o controle estatal sobre as confederações, em sua esmagadora maioria arregimentada pela aliança do estalinismo com o trabalhismo burguês. A crise de regime político dos anos 60 fez com que o estalinismo expusesse sem atenuantes o conteúdo burguês de sua política, condicionada pela estratégia da revolução brasileira “nacional e democrática, anti-imperialista, antioligárquica e antifeudal” e a “via pacífica da revolução”. A frente constituída com o PTB, por meio de sua ala esquerda, se dirigia não somente a garantir a existência do governo identificado como nacionalista – na verdade, uma sombra do nacionalismo varguista esgotado – como também confiar-lhe a tarefa de fazer reformas progressivas. A “frente única nacionalista e democrática” desenvolvida pelos estalinistas se configurou como uma versão da “frente popular”. Somente não se firmou devido ao golpe militar de março de 1964. O PCB concretizou essa linha galgando os postos do aparato das federações e confederações, entre elas a mais importante, por controlar os sindicatos operários, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). A luta de classes comparecia como a última das contradições. A primeira se dava entre a nação e o imperialismo (principalmente o norte-americano) e a segunda, entre a oligarquia agrária e o campesinato. Entre eles, a burguesia progressista com “interesses nacionais”. O PCB chegou, nos anos 60, alicerçado na tese estalinista original da impossibilidade da revolução proletária. O Brasil ainda viveria a etapa da revolução nacional-democrática. A penetração das multinacionais estava em franco avanço. A grande indústria se tornou o carro chefe da economia. O proletariado cresceu e se concentrou. No entanto, o PCB se mantinha aferrado à arbitraria concepção estalinista de países maduros e não maduros para as transformações socialistas e de revolução por etapas. A burguesia – não somente sua fração latifundiária – havia demonstrado plenamente seu para-

sitismo social, sua incapacidade de impor a soberania nacional e de realizar a reforma agrária. À sua violência contrarrevolucionária descarregada sobre as massas camponesas e operárias, o estalinismo levantava a via pacífica da revolução democrática e nacionalista. A derrubada do cambaleante governo nacionalista pelas armas da própria burguesia comprovou que o ponto de partida da crise política se encontrava no desenvolvimento da luta de classes. E que não havia lugar para a tal da “via pacífica”. Os sindicatos burocratizados e estatizados por meio das federações e confederações não puderam servir de instrumento do proletariado para se defender. O triunfo da ditadura impôs o silêncio ao movimento sindical, principalmente depois de 1968. A estatização dos sindicatos ocorre em piores condições que a do Estado Novo.

6. A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, foi o passo mais avançado na tarefa de organização nacional centralizada da classe operária. Resultou da situação política de desintegração da ditadura militar, das greves que se alastraram a partir de 1978, da recuperação do movimento operário, da inoperância da velha organização federativa, da perda de influência do estalinismo e do surgimento de novas direções. Com o movimento pela organização da CUT, rompeu-se a proibição de formação de Centrais. O estalinismo e a velha burocracia se opuseram ferrenhamente à fundação da central desvinculada da estrutura federativa e confederativa. Admitiam um formato do tipo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), concebida em 1962. Uma organização de cúpula lhes conservaria o poder. Mas surgia uma nova burocracia vinculada às greves e à democratização do regime político. As esquerdas alimentaram a ilusão de que, derrubando a estrutura federativa montada pelo varguismo, a classe operária conquistaria a democracia e a autonomia sindicais. A estatização dos sindicatos é um fenômeno que ultrapassa a forma organizacional, embora esta a reflita. A burguesia atua constantemente sobre os explorados e se utiliza de direções que se adaptam ao capitalismo e à opressão de classe. A CUT emergiu como uma organização impulsionada pelo movimento grevista e pela libertação dos sindicatos dos interventores a serviço da ditadura. Mas sob uma direção não revolucionária, influenciada pela Igreja, pelo sindicalismo reformista e pelo socialismo socialdemocrata. Logo se transformou em instrumento do PT, empenhado em vencer eleições, formar

alianças com partidos da burguesia, governar para os capitalistas e submeter a classe operária. A nova burocracia se consolidou em torno do caudilho Luiz Inácio Lula da Silva. Esta rechaçou as teses da esquerda de sindicatos autônomos e democráticos. Os autonomistas ficaram sem espaços de atuação. O estalinismo – PCB e PCdoB –, que se opôs à criação da CUT, decidiu por ingressá-la, uma vez que esta se tornou um gigantesco aparato. Plantava-se uma semente do divisionismo. O burocratismo e o estatismo sindical do PT alimentaram o estilhamento do movimento sindical.

7. A tarefa de constituir uma única Central, classista e democrática foi desviada pela direção pró-capitalista e pela ação divisionista externa e interna à central. Sob o governo de Lula, a burocracia obteve o que mais desejava: a regulamentação das centrais e a distribuição do milionário imposto sindical. É nesse quadro que a direita, liderada pela Força Sindical, conquista posições. A CUT se torna oficialista e claramente colaboracionista. O que incentiva a cisão pela esquerda, encabeçada pelo PSTU e PSOL, que formaram respectivamente a Central Sindical e Popular / Conlutas (CSP-Conlutas) e a Intersindical. O divisionismo avança com a ruptura do PCdoB, que constituiu a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB). Esse processo evidenciou o lugar das direções sindicais e dos partidos políticos no movimento dos explorados. O PT disfarçou por um tempo sua política de estatização dos sindicatos. Mas assim que ganhou capacidade eleitoral evidenciou sua orientação aparelhista e colaboracionista. As demais centrais (CGT, Força, CTB, UGT e outras) procuraram abrigo no governo do PT, sustentado por uma ampla aliança. A CSP-Conlutas e a Intersindical se reivindicam de oposição de esquerda ao governo, seguindo a diretriz do centrismo e do reformismo pequeno-burguês. Não expressaram em suas origens uma fração de massa do proletariado. E não puderam se levantar como um canal dos explorados. Permanecem como organizações separadas e ultraminoritárias, manejadas pelo PSTU e PSOL. As inúmeras Centrais acabaram por estabelecer uma enorme divisão entre os sindicatos. Reproduziram as mesmas condições impostas pela estrutura federativa e confederativa do varguismo. O imposto sindical continua a oxigenar os pulmões da burocracia. A via das cisões e de formação de aparatos não corresponde à política do proletariado que é oposta ao divisionismo e à fragmentação organizativa. O mes-

mo vale para as esquerdas. Não é possível combater a burocracia estatizante criando organizações à parte. A defesa de uma Central Operária Única, Democrática, Independente e Revolucionária deve nortear o enfrentamento da vanguarda com a burocracia no interior dos sindicatos. No período de 1930 a 1964, formou-se uma casta de sindicalistas qualificados de “pelegos”, na sua esquerda estiveram os estalinistas e uma das frações do trabalhismo. A estatização se deu por meio de uma intervenção autoritária, cujo ponto alto se ocorreu no Estado Novo de traços fascitizantes. O “peleguismo”, em grande medida, se caracterizou pelo nacionalismo, pela colaboração com a burguesia industrial e pela defesa da indústria nacional. Os ramos industriais controlados pelas multinacionais ganharam importância na década de 1950. Ampliaram sua penetração nos vinte anos de ditadura militar. A burocracia que se reconstituiu a partir de 1980 teve e tem por base a grande empresa nacional e multinacional. Não se caracteriza pelo peleguismo da industrialização do pós-30 e pela ação protecionista estatal. Caracteriza-se pela submissão às multinacionais e aos poderosos grupos nacionais. A burocracia pró-imperialista, certamente, se vale da existência de uma aristocracia operária. A estatização dos sindicatos e das Centrais é um fenômeno político da luta de classes. O fundamental reside em sua direção. A burguesia intervém por meio de seu Estado para torná-los dóceis instrumentos da colaboração de classe. Mas os quadros da direção conciliadora são extraídos via de regra do interior dos explorados. A luta pela recuperação dos sindicatos, por sua independência e pela democracia operária se dá com a constituição de uma direção marxista no seio do proletariado. Os sindicatos já não podem defender a vida dos explorados sem estar sob a política revolucionária e sem se transformar em órgão auxiliar do combate pela expropriação da burguesia e pela destruição do capitalismo.

8. Os sindicatos, por mais burocratizados que estejam, servem aos assalariados para levantar as reivindicações, defenderem-se da arbitrariedade patronal e para recorrerem à ação direta. Os explorados afluem ao sindicato assim que se generaliza o descontentamento. As tendências mais profundas da luta de classes os empurram instintivamente para a defesa das condições de vida, independente dos sindicatos estarem burocratizados e estatizados. O destacamento avançado e mais consciente do proletariado se gesta sob as contradições

de classe e emerge nas explosões instintivas. O trabalho revolucionário do partido no seio do proletariado se apoia nas necessidades objetivas, nos conflitos diários e nos seus impulsos coletivos. Está aí por que qualquer que seja a necessidade, por mais limitada e pontual, tem importância para formular as reivindicações e impulsionar a ação direta. Não se deve desprezar nenhuma possibilidade de mobilização coletiva. As reivindicações mais elementares, e muitas vezes pontuais, na realidade, são necessidades de todos os oprimidos. Surgem da exploração do trabalho em geral. A greve se inicia também pontualmente. A greve estabelece a coesão dos assalariados, expõe os antagonismos de classe, permite revelar a exploração capitalista e projetar a luta estratégica. O trabalho revolucionário consiste em projetá-la para o conjunto. As reivindicações e a greve se chocam com a burocracia dirigente dos sindicatos. O proletariado em luta, diante dos obstáculos da burocracia e da ação repressiva do Estado, espontaneamente cria organismos próprios, como os comitês de greve. É nesse processo que se pode diferenciar a direção corrompida do próprio sindicato e organizar nas bases uma nova direção. As reivindicações imediatas surgem espontaneamente entre os operários. Dependem do dia-a-dia da exploração, do caminhar geral da economia e dos seus reflexos particulares nos negócios dos capitalistas. A tarefa revolucionária não consiste em se ater a acontecimentos moleculares da luta de classes, mas somente tomá-los objetivamente como ponto de partida. Consiste em defender as reivindicações que de fato protejam a vida geral dos explorados, em aplicar o método da ação direta, em utilizar as experiências da organização coletiva e em desenvolver a estratégia da revolução proletária. A burocracia reformista – que se distingue em grau da burocracia abertamente pró-patronal – combate essa linha marxista com o método burocrático – isola as reivindicações, impõe o corporativismo e canaliza a revolta para o legalismo burguês. Utiliza de recursos para descaracterizar as reivindicações, as rebaixa e burla juntamente com o patronato direitos trabalhistas. Um de seus argumentos é a do que é viável. E a esquerda centrista e a estalinista, que é o reformismo inacabado, na prática separam o programa mínimo do programa máximo, como fazia a velha social democracia. No fundo, a esquerda reformista e a centrista estão sob a linha do que é “viável”. A linha do marxismo é a do que é objetivamente necessário para defender

de fato a vida dos explorados. A viabilidade se decidirá por meio da luta de classes, por meio da qual o proletariado muda a correlação de forças a seu favor. Suas reais necessidades – emprego a todos, salário que cubra as condições de existência, erradicação da miséria e desenvolvimento físico e mental integral – não são compatíveis com a exploração do trabalho, se chocam com o funcionamento do capitalismo e projetam a luta de classe contra classe. As reivindicações que de fato defendem a vida dos explorados são de transição. Não são nem as reivindicações elementares, parciais e locais, nem as tarefas socialistas – são um sistema de reivindicações que projetam a luta cotidiana do proletariado em luta geral contra o capitalismo e o poder da burguesia. As reivindicações transitórias ligam a luta pelas condições mais elementares de existência com o programa da revolução socialista. O trabalho no seio das massas com o programa de transição não depende da situação em que se encontram os sindicatos, mas não pode se implantar e avançar à margem deles. A formulação das reivindicações transitórias não depende do grau de consciência dos explorados, mas é preciso considerá-la no processo de luta e no seu desenvolvimento político. É com essa orientação que a fração revolucionária intervém no movimento sindical. A defesa do programa de transição no seio do proletariado exige que se mobilizem sistematicamente as forças da classe operária contra a opressão capitalista em direção à revolução social.



XII Congresso do POR

Manifesto

Manifesto do Partido Operário Revolucionário - POR

Aos trabalhadores e à juventude oprimida

Realizado o XII Congresso do POR

**A emancipação dos trabalhadores será
obra dos próprios trabalhadores!**

Nos dias 11 e 12 de janeiro, foi aprovado o novo programa do POR. O Congresso contou com a participação da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O que expressa o empenho de impulsionar o internacionalismo proletário.

Dizemos que se aprovou o novo programa porque no Congresso de 9 e 10 de janeiro de 1993 se estabeleceram as bases programáticas sobre as quais o partido vem se construindo. Para os marxistas, é inconcebível o partido sem o programa. Está aí por que o III Congresso do POR aprovou o programa que lhe deu os fundamentos marxistas, assentou as teses da revolução proletária, identificou as particularidades do País, definiu o internacionalismo e estabeleceu as tarefas.

Os dois primeiros Congressos, por sua vez, nos revelam claramente que o POR nasceu vinculado ao trotskismo. Colocou-se desde a sua origem pelo objetivo de reconstruir a IV Internacional, ou seja, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Pode-se dizer, portanto, que começamos nossa existência organizada com o I Congresso, realizado em 1 e 2 de julho de 1989. Já estávamos empenhados em estruturar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, juntamente com o POR

da Bolívia e o Comitê construtor do POR da Argentina.

Nesses 24 anos, realizamos regularmente os Congressos, como exige a concepção leninista do partido. O leitor logo observará que nossa luta pela construção do POR se deu logo após o fim da ditadura militar em 1985 – um extraordinário período que resultou na reconstitucionalização do Brasil.

Nesse trajeto, o PT e a CUT se ergueram. As esquerdas que viveram o golpe militar se reorganizaram e novos agrupamentos se formaram. Em meados dos anos 70, se constituíram algumas das correntes que se reivindicam do trotskismo. Parte de seus dirigentes não vinha da luta pela IV Internacional. E a parte que esteve nos quadros do trotskismo logo se revelou alheia à tarefa de aplicar o Programa de Transição no Brasil. Exigia, porém, iniciar a construção do partido estabelecendo as bases programáticas. Distintamente, o POR assumiu essa tarefa. O seu III Congresso (1993) deu um primeiro passo.

A militância poderá constatar que as inúmeras correntes que se reivindicam do trotskismo não possuem o programa. Substituem-no por análises conjunturais, por declarações políticas e por documentos teóricos. O programa como exposição e revelação das leis históricas do país que leva à revolução proletária e como fundamento marxista do socialismo é desconhecido pelas correntes revisionistas do trotskismo. A renúncia à tarefa de definir o caráter da revolução no Brasil explica o desprezo pelo programa.

Ao contrário, partimos das experiências internacionais do marxismo em que a luta pelo programa esteve e está presente. O trotskismo assim se denominou justamente porque expressou e expressa o combate programático da Oposição de Esquerda Russa – e, depois, Oposição de Esquerda Internacional – contra o estalinismo revisionista do internacionalismo proletário, a substituição do Programa da III Internacional por um programa nacional socialista e a adaptação da política burocrática às pressões do imperialismo.

O marxismo em sua essência é o programa comunista que permite ao proletariado se desenvolver como força social consciente, derrotar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O partido revolucionário, portanto, se constitui no instrumento pelo qual o proletariado realiza esse objetivo histórico.

O nosso XII Congresso dá mais um passo no desenvolvimento programático do POR, com seus militantes assimilando as leis de desenvol-

vimento do capitalismo no Brasil como parte do capitalismo mundial e demonstrando as particularidades nacionais como fatores materiais e sociais da revolução proletária.

Chegamos à conclusão de que se tratava de formular um Programa sintético, preciso e direto, que contivesse os fundamentos do socialismo científico, o método, a tática e as reivindicações, o internacionalismo, o caráter da revolução e as tarefas.

Os delegados do Congresso discutiram primeiramente ponto por ponto do Programa e em seguida os fundamentos históricos. Inúmeros foram os adendos, emendas, substituições e correções. Em boa parte, discutidos acaloradamente e votados. Enriqueceram e precisaram a unidade e a coerência das formulações.

O trabalho de elaboração e discussão do programa não se resumiu ao Congresso. Toda a militância esteve, por um longo período, envolvida em sua fase preparatória. De maneira que o Programa resultou da elaboração coletiva e da decisão consciente de atualizar o Programa de 1993. Esse percurso foi possível devido ao partido estar envolvido na luta de classes, passando a prova de situações turbulentas, formulado respostas, defendido posições e por ter elevado a capacidade teórica da militância.

O Programa se concebe e se forja no seio da luta de classes e se nutre das conquistas mundiais do proletariado. Tem particular importância em nosso desenvolvimento a assimilação das conquistas programáticas do POR da Bolívia e as experiências realizadas no trabalho de construção do Comitê de Enlace.

Chamamos os explorados e oprimidos a se colocarem sob o programa da revolução proletária.

Chamamos seu destacamento avançado a fortalecer as fileiras do POR com o objetivo de fundir o programa socialista com o proletariado revolucionário, nacional e internacional.

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário!